



MAIS DE 7 MIL PESSOAS PASSARAM PELO 54º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Confira edição especial com os principais acontecimentos



SAC CAIXA: 0800 726 0101
Intervisão: www.caixa.gov.br/intervisao
0800 726 2492 - Vendas de débito direto
0800 725 7474 - Crédito
caixa.gov.br



CAIXA e prefeituras. Para onde você olha, vê os resultados dessa parceria.

A CAIXA tem uma linha completa de produtos, serviços, programas e ações desenvolvidos especialmente para os municípios brasileiros. Apoia a gestão, reestruturação administrativa, habitação, saneamento, desenvolvimento, turismo, meio ambiente. Não importa o tamanho, não importa a região. A CAIXA é o banco do seu município.

CAIXA. O banco que beneficia as pessoas.

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERATIVO

CAIXA



Associação Paulista de Municípios

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA APM GESTÃO 2009 - 2012

Presidente da APM

Marcos Monti

Prefeito de São Manuel (1993 a 1996)

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

José Mauro Dedemo Orlandini

Prefeito de Bertioga (1993 a 1996 e 2009 a 2012)

3º Vice-Presidente

Herculano Castilho Passos Júnior

Prefeito de Itu (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

4º Vice-Presidente

Diego Denadai

Prefeito de Americana (2009 a 2012)

Secretário Geral

Aquevirque Antonio Nholla

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 e 1983 a 1992)

1º Secretário

Antônio Cesar Simão

Prefeito de Itapuí (1993 a 1996)

2º Secretário

Sebastião Misara

Vereador de Barretos (1972 a 1996)

3º Secretário

Jamil Akio Ono

Prefeito de Andradina (2009 a 2012)

Tesoureiro Geral

Carlos Alberto Cruz Filho

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

1ª Tesoureira

Marisa de Souza Pinto Fontana

Prefeita de Socorro (2009 a 2012)

2º Tesoureiro

José Ademir Infante Gutierrez

Prefeito de Teodoro Sampaio (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

3º Tesoureiro

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Antonio Francelino

Prefeito de Álvaro de Carvalho (1989 a 1992 / 1997 a 2000 e 2001 a 2004)

Modesto Salvatiato Filho

Vereador de Brotas (2001 a 2004 e 2009 a 2012)

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gália (1989 a 1992)

CONSELHO FISCAL

Francisco Leoni Neto

Prefeito de Bariri (2001 a 2004 e 2005 a 2008)

José Francisco da Rocha Oliveira

Prefeito de Pardinho (1983 a 1988 / 1993 a 1996 / 2005 a 2008 e 2009 a 2012)

Maria Antonieta de Brito

Prefeita de Granujá (2009 a 2012)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Marlene Mariottini

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

Vice-Presidente

Roque Joner

Prefeito de Pratânia (1997 a 2004)

Secretário

Gianpaulo Baptista

Vereador de Porto Feliz (1988 a 1990)

Editorial



A FORÇA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

Realizamos mais um Congresso Estadual de Municípios. Podemos afirmar que a cada ano nosso evento tem se superado e mobilizado a classe política do nosso Estado e de nosso País.

Não há dúvidas que a tradição de 54 anos é o que possibilita essa superação, pois cada vez mais nossos gestores públicos municipais estão buscando informações para que possam realizar uma excelente administração.

Devemos destacar que o 54º Congresso teve dois momentos que se faz necessário aprofundarmos para uma melhor reflexão. Primeiro nossa apresentação para os municípios paulistas da pauta de reivindicações que temos junto ao Governo Federal e também junto ao Governo Estadual.

Pudemos apresentar e comprovar a importância do movimento municipalista para a sobrevivência dos nossos municípios, pudemos mostrar a atuação da APM, junto ao Governo Estadual e as conquistas que obtivemos com essa luta. Mostrar nosso trabalho ao lado da CNM nas lutas e conquistas ao Governo Federal.

O segundo ponto que se faz importante ressaltar é que no final do evento, na Carta de Serra Negra, colocamos nossas posições reivindicatórias norteando o que esperamos das duas esferas de Governo.

Nesta pauta temos como primeiro ponto a vontade dos municípios de São

Paulo de regulamentar a Emenda 29, que trará mais recursos para o financiamento da saúde nos nossos municípios. O segundo ponto é a redistribuição dos royalties do petróleo com todos os municípios brasileiros. O terceiro ponto é que os municípios têm assumido serviços que são do Estado e da União sem receber recursos de contrapartida; queremos compensação por esses gastos. O último e mais importante ponto de reivindicação é a regulamentação do Pacto Federativo: temos que estabelecer as competências da União, dos Estados e dos Municípios, para posteriormente lutarmos por uma justa distribuição dos recursos tributários.

Durante o encerramento do 54º Congresso Estadual de Municípios mais uma vez ressaltei a importância do movimento municipalista, pois se não existissem nossas Entidades para defender nossos interesses, estaríamos sem sombra de dúvida massacrados pela União e pelos Estados.

Portanto, nunca cansarei de pregar nossa unidade em torno de nossas lutas, pois somente juntos e fortalecidos conseguiremos atingir nossos objetivos.

A luta continua!

Saudações municipalistas!

Marcos Monti
Presidente da APM

Sumário

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
Antônio Cesar Simão



REDAÇÃO

EDITORA

Daniela Bertoldo
imprensa@apaulista.org.br

EDIÇÃO DE ARTE

Núbia Barros
nubia@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

GSenne Soluções em Negócios
Tel.: (11) 4368-5678 / 4367-5632

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Fone/Fax: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
imprensa@apaulista.org.br

Maio - Junho / 2010

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios

Erramos

A Revista Municípios de São Paulo, Ano 5, Número 42, trouxe em sua página nº34 fotos alusivas a municípios aniversariantes do mês de novembro. A imagem que representou o município de São Sebastião da Gramá foi colocada erroneamente.

**Quando fizemos a chamada,
você disse: Presente!**



**Agradecemos a sua presença no
54º Congresso Estadual de Municípios.**

Foi um prazer receber tantos administradores públicos e apresentar nossas soluções educacionais desenvolvidas sob medida para atender às necessidades de cada cidade.

Aos municípios que já adotam o **UNO PÚBLICO**, obrigado por nos prestigiar com sua visita e contem sempre com a nossa parceria de sucesso.

Sistema de Ensino
uno **público**
Parceria para resultados

Grupo**Santillana**

0800 55 16 11
www.unopublico.com.br

Governador destaca ações em prol dos municípios paulistas

Por: Daniela Bertoldo

“Todos os repasses dos convênios serão mantidos exatamente na forma como foram firmados”, garantiu o governador do Estado de São Paulo, Alberto Goldman, em entrevista à MUSP.

Dentre os assuntos em pauta, Goldman falou sobre as assinaturas de convênios com os municípios paulistas, fez um breve histórico de sua carreira política, abordou a questão da divisão dos royalties do pré-sal, opinou sobre o Pacto Federativo e elogiou a atuação da APM junto aos municípios.

Também destacou as prioridades de seu governo, citou os impactos positivos do Rodoanel, o andamento dos trabalhos de ampliação do metrô e a implantação do Desenho Universal (que prima pela acessibilidade).

Na área de saúde, elencou os benefícios das unidades móveis de reabilitação no interior (Rede Lucy Montoro) e a instalação dos AMEs - Ambulatório Médico de Especialidades – em pontos estratégicos do Estado. Outro tema foi o projeto Município Verde Azul, que dá aos municípios certificados prioridade no acesso às políticas do Governo. Confira:

Governador, gostaria que o senhor fizesse um breve histórico de sua carreira política até chegar ao Palácio dos Bandeirantes.

Comecei no movimento estudantil, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, onde me formei em Engenharia Ci-



vil. Minha primeira filiação foi no Partido Comunista Brasileiro. Em 1969 me elegi pela primeira vez deputado estadual por São Paulo, com 13 mil votos, pelo extinto MDB, que depois virou PMDB. Em 1974 fui reeleito, com 74 mil votos, e liderei a bancada oposicionista na Assembleia Legislativa. A primeira eleição para a Câmara Federal foi em 1978, com 102 mil votos. Nessa mesma época articulei e liderei o lançamento da candidatura do ex-presidente Fernando

Henrique Cardoso para o Senado. Comecei a conviver com a máquina pública em 1987, quando assumi a Secretaria Especial de Coordenação de Programas do Governo Orestes Quérula, em São Paulo. Em seguida, ocupei o posto de secretário estadual de Administração, e comandei um amplo processo de modernização em São Paulo. Em 1988 retornei à Câmara Federal. No Governo do presidente Itamar Franco assumi o posto de ministro dos Transportes,

quando dei início à duplicação da rodovia Fernão Dias e obtive o financiamento para a duplicação da Regis Bittencourt. Em 1994 fui mais uma vez eleito deputado federal. Ingressei no PSDB em 1996, elegendo-me deputado federal pelo partido em 1998. Presidi a Comissão do Orçamento da Câmara Federal entre 2000 e 2001 - e foi justamente nesse período que foram garantidas verbas para o rodoanel e trens metropolitanos. Em 2004 participei ativamente da campanha que levou José Serra para a Prefeitura de São Paulo. E hoje, para mim, é uma grande honra ter sido o vice e, agora, o sucessor de José Serra no Governo de São Paulo.

No governo Serra, muitos convênios foram assinados com os municípios, gostaríamos de saber se o senhor irá manter todos os repasses dos convênios firmados?

Nos sete meses de governo que tenho pela frente a minha principal tarefa é realizar as metas que nós - o ex-governador José Serra, eu e a nossa equipe de governo - planejamos e firmamos com a população de São Paulo. Todos os repasses dos convênios serão mantidos exatamente na forma como foram firmados, com os mesmos valores e conceitos que marcaram os três anos e três meses em que o Estado esteve sob o comando do Serra.

O movimento municipalista nacional e também a APM lutam pela aprovação da divisão dos royalties do petróleo do pré-sal. Qual a posição do senhor com relação a esse pleito?

Entendo que alguns direitos devem ser preservados para Estados que se tornaram dependentes dos royalties do petróleo. Não podemos permitir que alguns Estados e Municípios entrem em colapso com uma distribuição equânime, que não leve em conta a realidade atual. Mas esta é uma questão muito ampla, que a sociedade brasileira precisa conhecer e debater mais. Concordo com o ex-governador José Serra, para quem a divisão dos royalties do pré-sal é tema para ser debatido fora de ano eleitoral.

Os municípios, pela Constituição Federal, são considerados Entes Federais, porém ficam com apenas 17% dos recursos tributários. A luta do movimento municipalista é por um pacto federativo onde haja a definição das competências e, posteriormente, uma divisão dos recursos. Qual sua opinião sobre o Pacto Federativo?

É preciso definir mais claramente as competências dos municípios e, em função disso, definir os recursos a serem transferidos.

Como o senhor avalia a atuação da Associação Paulista de Municípios, legítima representante dos 645 municípios do Estado de São Paulo?

A Associação Paulista de Municípios é uma entidade atuante, que busca sempre o melhor para todos. Ela que tem feito uma defesa ampla e abrangente dos interesses dos Municípios do Estado de São Paulo. A

APM é importante para o desenvolvimento econômico, social e também para o futuro das nossas cidades.

Qual a principal prioridade do seu governo?

Assumi um Governo com todas as suas prioridades bem definidas, concluídas ou em fase avançada de execução. Por isso, meu principal objetivo é garantir, até o final deste ano, que se cumpra integralmente o maior investimento já realizado por um Governo na história do Estado de São Paulo: 64 bilhões de reais. Vamos ser cada vez mais obsessivos em buscar a melhoria na qualidade da educação, do ensino técnico e tecnológico profissionalizante gratuito, melhor atendimento médico, uma segurança que garanta a tranquilidade do cidadão, trens metropolitanos de qualidade, rodovias melhores e mais seguras, muito respeito e dignidade para os idosos, portadores de deficiências, negros, índios e homossexuais, um futuro melhor para as nossas crianças e os nossos jovens, novas empresas e negócios para as cidades, empregos para todos, mais renda para as famílias. Enfim, a meta é fazer com que os investimentos do nosso Governo melhorem, o máximo que for possível, a vida de todos e os serviços públicos postos à disposição dos paulistas.

O Rodoanel já produz impactos positivos, reduzindo em até 20% o tempo que era gasto na rodovia. Fale um pouco sobre essa obra e os projetos de expansão.

À medida que os motoristas e as empresas de logística se habituam a priorizar



o Trecho Sul do Rodoanel, os números que indicam qualidade só aumentam e comprovam que a vitória é de todos. A vida de todos agora está muito melhor. O ar está recebendo menos poluentes, as mercadorias estão chegando mais rápido aos seus destinos, mais gente do interior de São Paulo está podendo desfrutar as praias da Baixada Santista nos fins de semana, porque agora ficou mais fácil e rápido ir para o litoral. A combinação do uso do Trecho Sul com a nova pista do Marginal do Tietê aumentou em 28% a fluidez do trânsito na cidade de São Paulo, com uma queda bastante acentuada do tráfego de caminhões. A lentidão recuou para níveis inferiores aos de 2007. E vai ficar melhor ainda, porque ainda neste ano vamos dar início ao Trecho Leste do Rodoanel, uma obra com 43 quilômetros de extensão, que liga Mauá à via Dutra, e vai custar R\$ 5 bilhões. Esse dinheiro virá da concessionária que assumir a administração do Trecho Sul. E já garantimos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o financiamento de R\$ 2 bilhões da obra do Trecho Norte. A meta é de que todo o Rodoanel, com os seus quatro trechos, seja concluído em 2014.

Como estão os trabalhos de ampliação do metrô?

Estamos investindo, no atual Governo, mais de R\$ 21 bilhões nas obras de expansão no sistema metrô-ferroviário na cidade e região metropolitana de São Paulo. O Plano de Expansão prevê a quadruplicação de toda a rede, com qualidade de metrô, dos atuais 61,3 quilômetros para 240 quilômetros – 80 quilômetros exclusivamente de metrô. Em 25 de maio inauguramos um trecho da Linha 4 - Amarela do Metrô que liga as avenidas Paulista e Brigadeiro Faria Lima. Quando estiver completamente pronta, essa linha vai ligar a Vila Sônia à Luz. Também já está operando boa parte da Linha 2 - Verde, do Sacomã à Vila Madalena, onde ainda iremos inaugurar neste ano os trechos Tamanduateí e Vila Prudente. Junto com a expansão, temos um ganho expressivo de qualidade em nosso sistema metrô-



ferroviário, com a introdução de inovações tecnológicas. Por exemplo: um novo sistema de sinalização aumenta a segurança e reduz os intervalos entre os trens.

As secretarias de Direito da Pessoa com Deficiência e a de Habitação são parceiras na implantação do conceito do Desenho Universal. Como estão esses projetos? Quais os avanços conquistados na questão de acessibilidade?

A absolutamente todos os novos projetos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo, da Secretaria Estadual da Habitação, contemplam a acessibilidade – e esse é um trabalho realizado em conjunto com a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Todas as moradias têm que atender os seus habitantes em suas necessidades, sejam elas provenientes de deficiências físicas ou de dificuldades de

mobilidade causadas pela idade avançada. Lançamos recentemente o livro Desenho Universal para orientar Prefeituras, órgãos públicos, construtoras, arquitetos e a comunidade acadêmica sobre a adoção do Desenho Universal nos projetos de habitação de interesse social, em mais um esforço para conquistar adesões à nossa causa. As novas moradias construídas em São Paulo têm, obrigatoriamente, rampas de acesso, portas mais largas, barras nos banheiros, rebaixamento nas calçadas e, num exemplo de que também nos preocupamos com a acessibilidade de todos ao mundo globalizado, até com infraestrutura para a internet.

E quanto à Rede Lucy Montoro? Quais os frutos dessas unidades móveis de reabilitação no interior do Estado?

É muito importante enfatizar que São Paulo é um Estado pioneiro na atenção aos portadores de deficiências. É o único do País que tem uma Secretaria – a Secretaria

dos Direitos das Pessoas com Deficiências - criada em 2008, pelo ex-governador José Serra, para atender exclusivamente a esse público, que representa cerca de 10% da população do Estado, algo em torno de 4 milhões de pessoas. A Rede de Reabilitação Lucy Montoro já conta com cinco unidades em operação, três na cidade de São Paulo (Morumbi, Lapa e Jardim Umarizal), uma em Campinas e outra em Ribeirão Preto. Ao todo, ela contará com 18 unidades em nosso Estado, mais duas na Capital e mais onze no interior. E temos também uma unidade móvel que já está percorrendo cidades do interior, com a meta de realizar mais de 120 mil atendimentos ao mês. Os hospitais da rede oferecem um programa multidisciplinar de reabilitação, com profissionais altamente especializados. Os laboratórios e equipamentos possuem as tecnologias mais avançadas para avaliar e tratar deficiências incapacitantes. A unidade móvel é uma carreta com consultório médico, sala de espera e oficina de órteses e próteses. Ela viaja pelo Estado inteiro. Também é importante enfatizar que o Governo de São Paulo está incentivando todas as Prefeituras do Estado a criarem Secretarias, Diretorias ou Departamentos voltados para os portadores de deficiências. Se a cidade for muito pequena, apoiamos que se nomeie o profissional devidamente capacitado para cuidar desse público.

Por falar em saúde, o governo tem uma meta de instalar 40 unidades do Ambulatório Médico de Especialidades até o fim do ano. Qual o critério para os municípios receberem uma unidade? Além de ajudar a desafogar o trabalho dos hospitais, quais os outros benefícios destes ambulatórios?

Já temos 27 ambulatórios em operação no Estado de São Paulo e vamos contar com 40 AMEs até o fim deste ano. Eles representam a grande inovação da Saúde no Brasil nos últimos anos, porque reorganizam

e melhoram o atendimento de altas demandas. Os postos estão localizados em pontos estratégicos do Estado de São Paulo, onde oferecem um atendimento regionalizado - prontos para altas demandas, tanto em equipes altamente capacitadas como em equipamentos de última geração. São as Prefeituras, por meio de seus mecanismos municipais de saúde, as Unidades Básicas de Saúde, que detectam a necessidade de encaminhar os pacientes aos ambulatórios. Além de desafogarem os hospitais, que não precisam mais se preocupar com consultas, exames e cirurgias de pouca complexidade, os Ambulatórios Médicos de Especialidades de São Paulo melhoram muito a vida das pessoas, porque são ágeis e resolvem tudo no menor tempo possível. Os AMEs evitam que os pacientes, após passarem pela consulta com o especialista, tenham que marcar ou fazer exame ou pequena cirurgia em outro local, numa outra data, para depois retornar ao médico. Como tudo é feito num só lugar, quase sempre no mesmo dia, a detecção de possíveis doenças e o início do seu tratamento é imediato. Isso é uma garantia de que a saúde de todos vai melhorar cada vez mais.

O governo fez um importante trabalho ambiental com os municípios,

com a implantação do projeto Município Verde Azul. Que balanço o senhor faz deste projeto e quais as expectativas para este ano?

O Programa Selo Município Verde Azul faz parte dos 21 projetos ambientais estratégicos do atual Governo de São Paulo. Ele estabelece uma gestão ambiental compartilhada entre Governo e Municípios, com decisões tomadas em conjunto - e, o que é ainda mais importante, incentiva a participação ativa da sociedade. Nossas principais metas para este ano são: contar com a adesão de 100% dos Municípios paulistas, certificar 10% deles e colaborar para que 75% criem Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Para aderir ao programa os Municípios assinam um Protocolo de Intenções que propõe 10 Diretivas Ambientais: Esgoto Tratado, Lixo Mínimo, Recuperação da Mata Ciliar, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Habitação Sustentável, Uso da Água, Poluição do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Municipal do Meio Ambiente. A Secretaria Estadual do Meio Ambiente oferece colaboração técnica e treinamento às equipes municipais - e é importante destacar que os Municípios certificados pelo Selo Município Verde Azul têm prioridade no acesso às políticas do Governo. ■



Diário Oficial Eletrônico gera economia de mais de 80%

Este é mais um serviço que a APM está disponibilizando aos municípios

Por: Daniela Bertoldo

O Diário Oficial Eletrônico do Estado de São Paulo foi lançado pela APM – Associação Paulista de Municípios – durante o 54º Congresso Estadual de Municípios e já está em funcionamento.

Mococa foi o primeiro município a aderir e terá uma economia de 80%. “A publicação eletrônica é de suma importância para os prefeitos e contribui muito, pois vai gerar economia e possibilitará maior transparência dos atos do município, além de outros inúmeros benefícios”, declarou o prefeito de Mococa, Toni Naufel.

O assessor jurídico de Mococa, Marcelo Torres Freitas, acredita que, além da economia, as publicações online darão maior publicidade à Prefeitura. “Evitamos os gastos com as publicações nos diários tradicionais e também conseguimos que todos tenham acesso”.

O município de Mococa gastava mais de R\$ 100 mil por ano, contando as publicações no Diário do Município, do Estado e da União. “Gastamos cerca de R\$ 12 a 15 mil por mês. No Diário da APM nosso custo terá uma queda bastante acentuada, acredito que mais de 80%”.

O Diário Eletrônico é mais uma ferramenta que ajudará os municípios, atendendo todas as exigências legais para as publicações dos atos oficiais, conforme destacou o presidente da APM, Marcos Monti. “O Diário será administrado pelo Sistema Gerenciador de Publicações Legais – SIGPub, uma ferramenta moderna que garantirá autonomia e agilidade nas publicações”.

Os municípios poderão publicar, na Internet, avisos de homologação, editais de licitação, leis e decretos, circulares, despachos, editais de concurso público, relatórios de gestão fiscal, atas do conselho municipal, dentre outros, segundo informou Samuel Porto, diretor comercial da VOX Tecnologia, empresa parceira da APM na implantação desta ferramenta.





Redução de custos

Uma das principais vantagens do Diário Oficial Eletrônico é redução de custos. Os municípios que aderirem terão uma economia de cerca de 80% do que gastam hoje. "Gastamos mais de R\$ 20 mil mensais com publicações de todos os tipos; com certeza com o Diário Eletrônico teremos uma redução significativa", afirmou o diretor do Departamento de Licitações e pregoeiro da Prefeitura de Martinópolis, Adenir Tolano Júnior.

A Prefeitura de Bauru gasta quase R\$ 200 mil por ano – uma média de 13 mil por mês. "Temos um gasto muito elevado; o Diário Eletrônico será uma ótima solução para economizarmos", destacou a diretora dos atos oficiais, Andrea Maria Liberato.

No município de Jacupiranga, o gasto é de R\$ 60 mil por ano. "Tem publicação que custa R\$ 3.000,00 apenas uma inserção", informou o escriturário Carlos Alberto Martins.



Responsabilidade Ambiental

O procedimento online também é responsável por uma significativa redução de papel, o que contribui com o meio ambiente. "Isso é muito importante. Em nossa cidade, o clipping que vai para o prefeito não é mais impresso; já estamos num processo digital em parcerias com os jornais da região", destacou o estagiário da assessoria de comunicação de Botucatu, Thiago Vendrami.

Maior publicidade

Muitas pessoas não conseguem encontrar as versões impressas, diferente do Diário Eletrônico, onde todos podem ter acesso, de maneira rápida e em qualquer horário. "A principal vantagem é a maior publicidade que o município terá. Muitos ainda não têm acesso às publicações nos diários, mas pela internet conseguirão acompanhar o andamento", disse o pregoeiro Edson de Camargo Vamondes, do município de São Caetano do Sul.

Autonomia e facilidade no procedimento

Cada órgão municipal poderá realizar suas publicações diretamente no sistema, tudo com total autonomia, segurança e controle por parte dos gestores. "Eu que vivo esse dia a dia de montar o jornal, mandar para a gráfica, sei bem as dificuldades. O Diário Eletrônico irá facilitar muito o serviço", comentou a assistente de gabinete da Prefeitura de Piracaia, Simone Salgato.

A escriturária da Prefeitura de Votorantim, Érika Fama Alves Pereira, aponta mais uma vantagem: descentralização, uma vez que cada departamento será responsável pela publicação de seus atos. "Os próprios departamentos podem cuidar de seus decretos e leis, além do que é muito fácil utilizar o sistema".

A assessora de imprensa da Prefeitura de Boituva, Morgana Tayze Santos, tem a mesma opinião. "Além da agilidade, cada setor terá a sua responsabilidade. O Diário Eletrônico pode ser acessado por todos e não tem problema de distribuição".



Mais tempo

Nas publicações impressas, os municípios têm um prazo de até 16 horas para enviar seus materiais. No Diário Eletrônico, o prazo é estendido em mais duas horas, ou seja, os municípios podem atualizar, corrigir e publicar o que for necessário até às 18 horas. "Além de termos mais tempo, vejo como principal vantagem o fato de podermos alterar a publicação dentro desse prazo sem nenhum ônus. Nos meios impressos, depois que enviamos não podemos mais mudar", comentou o diretor de compras e licitação do município de Itu, Miguel de Moura Figueira Júnior.



Legalidade

As publicações online têm o mesmo valor legal das impressas, pois suas edições são assinadas digitalmente, seguindo os padrões de autenticidade, integridade e validade jurídica, definidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil. "O Diário facilitará muito nossas vidas; vai nos ajudar a economizar, sem ferir o princípio da legalidade e da publicidade, preceituados na Constituição", afirmou Antonio José Ferreira Júnior, município de Salesópolis.

Transparência

O Diário Oficial Eletrônico atende todas as exigências legais de transparência na gestão pública. "As pessoas poderão acompanhar tudo que estamos fazendo e, assim, teremos mais transparência. A Prefeitura tem que estar pronta para mostrar que está sempre seguindo os passos certos", afirmou o assessor de imprensa da Prefeitura de Quatá, Gustavo Pelizari.

O diretor de finanças da Prefeitura de Mineiros do Tietê, Nelson Ricardo Sanches, avalia a transparência como principal fator. "O vereador poderá fiscalizar mais, abrindo espaço para a transparência dos atos do poder público".

O assessor de imprensa da Prefeitura de Lins, Washington Vieira Farias, também acredita que o Diário Eletrônico possibilitará maior fiscalização das ações públicas. "Pela Internet é muito mais fácil".

Procedimento para utilização

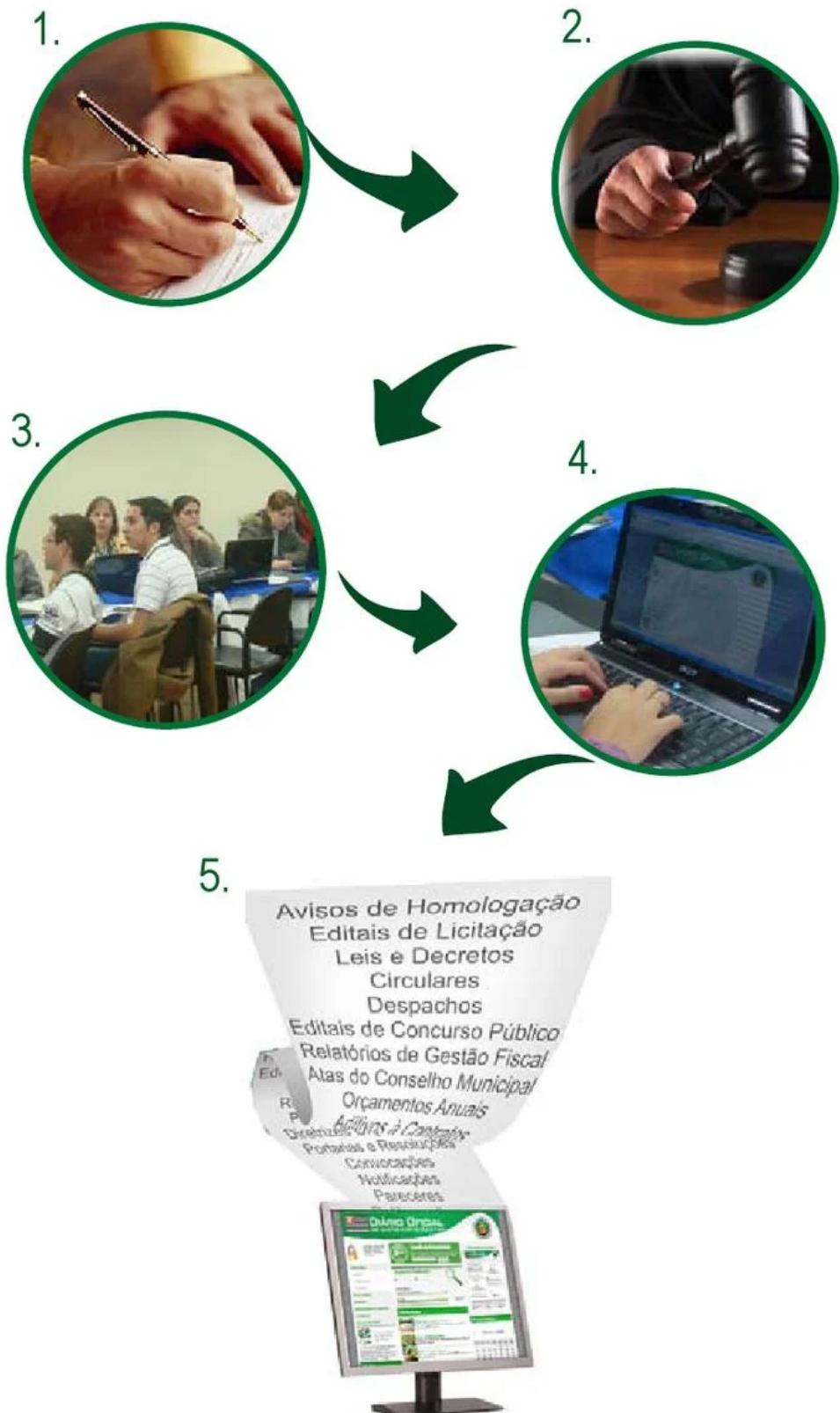
1º PASSO - ADESÃO: O município filiado à APM solicita a sua adesão ao Diário Oficial dos Municípios do Estado de São Paulo.

2º PASSO - LEGALIZAÇÃO: O município deverá aprovar Projeto de Lei adotando o Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de São Paulo, instituído e administrado pela APM, como veículo oficial de publicação dos atos normativos e administrativos. Se a Lei Orgânica permitir, pode-se criá-lo por Decreto.

3º PASSO - TREINAMENTO: A APM irá capacitar os técnicos municipais que utilizarão o sistema.

4º PASSO - INSERÇÃO DE DADOS: Após o treinamento, os técnicos municipais já podem inserir os textos legais que serão publicados na próxima edição do Diário Oficial dos Municípios do Estado de São Paulo.

5º PASSO - PUBLICAÇÃO: O Diário Oficial é publicado diariamente no site da APM (www.diariomunicipal.com.br/apm). A qualquer instante, os gestores, técnicos, fornecedores ou qualquer cidadão interessado poderão imprimir quantas cópias julgarem necessárias, da edição atual ou das passadas.



Mais de 7 mil pessoas passaram pelo 54º Congresso Estadual de Municípios

Evento terminou com saldo positivo, repetindo o sucesso dos anos anteriores

Por Daniela Bertoldo

Com a presença de aproximadamente 400 prefeitos e cerca de 500 municípios representados, o 54º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela APM, superou as expectativas da organização e foi bastante elogiado pelos participantes.

Mais de sete mil pessoas passaram pelo Centro de Convenções de Serra Negra, entre os dias 22 a 26 de março. “Tivemos a participação de ministro de Estado, secretários estaduais, técnicos dos governos federal e estadual, prefeitos (as), vice-prefeitos (as), vereadores (as) e técnicos do executivo e do legislativo”, destacou o presidente da APM, Marcos Monti.

Foram debatidos temas nas áreas de segurança, defesa civil, assistência

e desenvolvimento social, tribunal de justiça, transporte, habitação, saneamento, desenvolvimento sustentável, gestão pública, meio ambiente, direitos da pessoa com deficiência, tribunal de contas, desenvolvimento, dentre outros.

Além dos painéis, os congressistas puderam acompanhar as plenárias (onde foram apresentadas propostas, moções e teses), o pinga fogo (tribuna livre para debates), o Seminário de Atualização em Administração Pública, as palestras técnicas do CEPAM, a Programação Especial (destinada às primeiras damas e presidentes dos fundos sociais), o Momento Cultural (com palestra do Dr. Augusto Cury) e a Exposição Paralela de Produtos e Serviços.

Carta de Serra Negra

O resumo de tudo que foi discutido compôs a carta do 54º CEM de Serra Negra, a qual é encaminhada aos órgãos competentes, como secretarias e governos federal e estadual. “Além das teses e proposições defendidas pelos nossos congressistas, constam os nossos posicionamentos com relação ao que deseja o movimento municipalista paulista: Regulamentação da Emenda 29 (aprovação pela Câmara de Deputados do texto originado no Senado Federal), Divisão dos Royalties do Petróleo (apoio à proposta da CNM), Compensação dos recursos que os municípios gastam com serviços que são do Estado e da União, e Definição do Pacto Federativo com justa distribuição dos recursos tributários”, salientou Marcos Monti.

A partir de agora, começam os preparativos para a 55ª edição. O município de Guarujá solicitou, no Congresso do ano passado, seu credenciamento para receber o 55º CEM.

Segundo o presidente da APM, as propostas serão examinadas pela diretoria e, no próximo mês, deverá ser decidido qual município sediará o evento. (D.B.)



“O Congresso da APM é o mais tradicional do país”, afirma Ministro Padilha

Representando o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro de estado chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, esteve presente na solenidade de abertura do 54º Congresso Estadual de Municípios, no dia 22 de março.

Em seu discurso, Padilha citou alguns avanços conquistados, como o aumento de recursos da saúde, as ações do Bolsa Família e o aumento de 1% do FPM; falou sobre a participação dos municípios no bolo tributário; os royalties do pré-sal e destacou a importância do Congresso. “Este evento é muito especial para todos que militam no movimento municipalista. A APM é a entidade mais tradicional dos municípios no país, que há mais tempo carrega a bandeira do municipalismo”.

Conforme salientou, mesmo durante o período da ditadura militar, onde a manifestação política era bloqueada no país, os prefeitos conseguiram constituir esse ambiente. “Estar aqui na Associação mais tradicional do município no país é também celebrar o que foi nosso exercício durante esses oito anos no governo do Lula, juntamente com a APM”.

Padilha lamentou a ausência do presidente, afirmando que ele teve que participar da abertura de um fórum internacional, no Rio de Janeiro. “Caso contrário, estaria aqui. O Lula fez questão de inaugurar no país, juntamente com as entidades municipalistas, uma nova relação com prefeitos (as). Por isso, criou



o Comitê de Articulação Federativa, que é uma mesa permanente de negociação entre prefeitos (as) e governo”.

Com relação aos recursos do pré-sal, Padilha afirmou que a maior responsabilidade é ter consciência de que essa riqueza

não vai durar por 200 anos. “Se formos responsáveis, tem que durar para futuras gerações. A disputa não pode ser de qual o tamanho do recurso, mas sim aprovar o modelo de partilha e, sobretudo, aprovar o fundo social para fazer com que esse dinheiro seja uma poupança para investir em educação, ciência e tecnologia para o nosso país, pois é isso que fará com que uma riqueza mineral vire uma riqueza humana, cultural, social e econômica para a população brasileira”.

A questão do Pacto Federativo também foi lembrada pelo ministro. “Como Marcos Monti afirmou, precisamos aprofundar o enfrentamento da forma desigual como é feita a distribuição dos recursos entre estado, união e municípios no país”.

Outro desafio apontado é fazer com que essa relação construída no plano nacional possa descer em nível estadual e a todos os estados brasileiros. “Independentemente do partido político, é fundamental que exista essa relação de parceria, de um presidente democrático, de termos um comitê como o CAF, e que o repasse seja, sobretudo, fundo a fundo. Esse é um desafio e a APM, pela sua tradição, tem papel fundamental em ajudar os prefeitos a construir essa relação”. (D.B.)



“Temos que fortalecer o movimento municipalista”



Esta foi a declaração do presidente da APM, Marcos Monti, ao abrir os trabalhos do 54º Congresso Estadual de Municípios, no dia 22 de março.

Levantando a bandeira do municipalismo, Marcos Monti afirmou ser de suma importância a união de todos para o fortalecimento dos municípios. “Temos aqui o ministro Padilha e o presidente da Assembleia para nos conscientizarmos de que, somente unidos, iremos atingir os nossos objetivos”.

Conforme destacou, o movimento municipalista conseguiu caminhar e avançar bastante, ganhando corpo, presença. Contudo, ainda enfrenta o problema da injusta distribuição dos recursos tributários. “A união concentra 58% de tudo que é arrecadado, 25% ficam com os estados e apenas 17% com os municípios, sendo que hoje os municípios são os que mais prestam serviços à comunidade”, explicou o presidente da APM.

Marcos Monti agradeceu a presença de Padilha, comentando que ele teve e tem um papel muito importante na abertura desse diálogo com o Governo Federal. “Foi sub-chefe dos Assuntos Federativos, onde se criou o Comitê de Articulação Federativa e lá conseguimos avançar, mas a luta municipalista não é pontual, é constante; por isso temos que estar mobilizados”.

Também enfatizou a escolha do tema do Congresso – “Município forte, bandeira paulista”, uma alusão à época em que a APM foi fundada, há 62 anos, com o movimento denominado bandeira dos prefeitos. “Naquele momento, sentia-se a necessidade de realmente mostrar a importância dos municípios e mostrar que eles podem fazer muito por suas comunidades”.

Outro tema abordado pelo presidente da APM foi a questão dos royalties do pré-sal. “Não podemos da noite para o dia retirarmos a receita de estados e municípios, pois isso poderia gerar o caos, mas também não

podemos aceitar a distribuição da forma como é feita hoje. Os municípios brasileiros precisam ter alguma compensação pelos recursos dos royalties. É por isso que temos que nos posicionar e fortalecer as nossas municipalidades”.

Marcos Monti aproveitou para anunciar a Programação Especial, coordenada por sua esposa, Dra Andrea Monti, destinada às primeiras damas e presidentes dos fundos sociais. “Essa programação foi criada pela dona Glória Giglio, que está aqui hoje, e somente engrandeceu nosso evento”.

Para finalizar, o presidente da APM deixou uma mensagem: “espero que a gente possa sair desse evento com uma grande proposta de mobilização, de unidade. Precisamos cada vez mais da participação de todos para, juntos, melhorarmos a vida de nossos municípios”. (D.B.)



“ESTE É UM CONGRESSO SÉRIO”, enfatiza presidente do TCE

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conselheiro Fulvio Biazzi, discursou na solenidade de abertura do Congresso, afirmando que se sentia muito à vontade em participar deste evento, principalmente por sua credibilidade. “Agradeço emocionado o convite para participar desta cerimônia, neste congresso que é realizado ininterruptamente por 54 anos pela nossa querida Associação Paulista de Municípios”.

Dr. Fúlvio elencou três motivos pelos quais faz questão de participar: “este é um congresso sério, os participantes vêm realmente estudar soluções pra os problemas municipais; segundo, porque sou interiorano e municipalista. O terceiro motivo é sentimental. Permito-me abrir meu coração. Meu inesquecível e querido pai participou dos primeiros congressos no final da década de 50, como vereador de Sorocaba. Isso me traz muita saudade do meu velho e querido pai, mas também me traz muita satisfação”.

Como presidente do TCE, reforçou que o Tribunal deseja ser parceiro dos municípios. “Não temos nenhuma pretensão punitiva. Somos primeiramente pedagógicos e orientadores. Em razão disso, realizamos vários encontros regionais, orientando nos assuntos que mais afigem os prefeitos, presidentes de câmaras e vereadores”.

O TCE também coloca à disposição dos gestores a Sala dos Municípios, inaugurada na gestão do conselheiro Edgard Camargo Rodrigues. “A sala está à disposição dos senhores. Instalamos lá um

plantão de dúvidas, o qual funciona das 9 às 17 horas”.

Para descentralizar os serviços, o TCE conta com 20 unidades regionais espalhadas pelo interior – as últimas três foram instaladas em Adamantina, Mogi Guaçu e Catanduva.

“ESSA LUTA É EM BENEFÍCIO DA NOSSA GENTE”, ressalta Barros Munhoz

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Barros Munhoz, foi enfático ao afirmar que, embora a luta seja cansativa, com resultados menores do que os municípios merecem, é necessário preservá-la. “Essa luta é em benefício da nossa gente”.

Conforme destacou, os dados mostram

que efetivamente houve um progresso, uma melhoria das condições de vida. Contudo, ainda há muita coisa a ser feita. “Como municipalista que sou, gostaria de dizer que vou voltar para São Paulo mais entusiasmado após ouvir meus colegas”.

Segundo o presidente da Assembleia, é preciso que a luta seja objetivada, que os municípios cuidem dos problemas do dia a dia. “Esquece-se que o prefeito é ser humano, tem capacidade finita de se doar, de sofrer, de lutar e acreditar. Esquece-se que esse país podia ser ainda muito melhor e será no dia em que os municípios forem mais respeitados. Nós seremos a nação dos nossos sonhos, a partir dos 5.500 municípios brasileiros”. (D.B.)





Antônio Luigi Franchi



Sebastião Misiara



Celso Giglio



Carlos Augusto Borges



João Paulo Ferreiro

Discursos enaltecem o trabalho da Associação

Todas as autoridades que estiveram na solenidade de abertura do Congresso ressaltaram a importância da APM e de sua atuação junto aos municípios. "A APM é uma potência, uma retaguarda dos prefeitos de todo o Estado de São Paulo e o Congresso é um importante movimento que vem se propagando de longa data", afirmou o prefeito de Serra Negra, Antonio Luigi Italo Franchi, o Bimbo.

Como comentou o prefeito anfitrião, a APM teve inúmeras conquistas, as quais beneficiaram muito os municípios. "Espero que desse trabalho a gente saia com um conteúdo profundo".

O presidente da UVESP (União dos Vereadores do Estado de São Paulo), Sebastião Misiara, salientou que a APM é a entidade que fala a voz dos municipalistas brasileiros. "A APM é a maior entidade no aspecto de perseverança, de defesa dos municípios em todo cenário nacional. É a APM que dá o discurso, a diretriz. Abriga todos, numa só bandeira, a bandeira da defesa do município forte".

O ex-presidente da APM, Celso Giglio, também destacou o trabalho da Associação em prol dos municípios. "A APM, sendo a entidade do maior estado do país, deve buscar a unidade dos municipalistas e continuar batalhando pela reforma tributária, que fortaleça os municípios e dê condições para as prefeituras atenderem com dignidade".

A deputada federal Aline Correa discursou em nome dos demais parlamentares, enfatizando a atuação da APM na luta pela justa divisão dos royalties do pré-sal. "Sempre trabalhei de portas abertas para os prefeitos do Estado. Tenho certeza que meus colegas atuarão da mesma maneira que eu para melhorar as participações financeiras dos municípios brasileiros. Cuidar das cidades é cuidar das pessoas".

O vice-presidente de atendimento da Caixa Econômica Federal, Carlos Augusto Borges, também fez o uso da palavra, parabenizando a grandiosidade do evento. "Temos aqui hoje 18 superintendentes regionais do Estado de São Paulo. Isso mostra a importância que a municipalidade tem para os projetos da caixa. Queremos sempre ser parceiros e fortalecer os municípios paulistas", afirmou o vice-presidente, após listar algumas das ações da Caixa, como, por exemplo, o programa de capacitação de gestores.

No final, foi anunciada a assinatura de convênios com 27 Prefeituras, no stand da Caixa, para a construção de mais de cinco mil unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida.

Durante a solenidade, o presidente da Câmara de Serra Negra, João Paulo Ferreira, entregou um pergaminho destinado ao Presidente da República, que foi recebido pelo ministro Padilha. (D.B.)

Parcerias em prol da Segurança Pública

Palestrantes destacam a importância da colaboração dos municípios no combate à criminalidade



Dados, números e ações da Polícia Militar do Estado de São Paulo foram apresentados no primeiro painel do Congresso, sobre Segurança, na terça-feira, dia 23.

As palestras foram ministradas pelo Coronel Álvaro Bastista Camilo - comandante geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo - e pelo Delegado de Polícia Paulo Afonso Bicudo, Diretor do Departamento

de Polícia Judiciária do Interior - DEINTER 2.

Coronel Camilo falou sobre o trabalho da polícia, destacando a importância da parceria entre Estado e Município em prol da segurança pública. "As prefeituras podem ajudar no controle da desordem urbana ao lado das guardas municipais", afirmou.

Também abordou a necessidade de se aumentar o efetivo e deu ênfase ao Copom - Centro de Operações da Polícia Militar. "O Copom centraliza as ligações 190 para uma cidade, atendendo cerca de 40 municípios. Onde foi implantado, melhorou sensivelmente a qualidade dos serviços".

Segundo ele, a polícia atua em cinco áreas: Policiamento Territorial (rádio patru-

lha, força tática, ronda escolar e policiamento de trânsito), Corpo de Bombeiros, Policiamento Ambiental, Rodoviário e Policiamento de Choque (para intervenções específicas, como policiamento em jogos no interior).

Após suas explanações, o de-legado Afonso Bicudo falou sobre a polícia civil judiciária do Estado, fazendo um comparativo de como era o trabalho e as mudanças mais significativas nos dias atuais.

O palestrante enalteceu a parceria com as polícias civil e militar, cujas ações conjuntas trazem melhores resultados nos números da segurança pública. "Chegamos a ter no Estado, em 2000, mais de 12 mil homicídios; no ano passado, tivemos pouco mais de quatro mil. Com a diminuição da criminalidade, espero que consigamos mais resultados e que a nossa população possa conviver em harmonia e tranquilidade".

(D.B.)

A importância da Defesa Civil nas Cidades

Por: Alinne Fanelli

Na manhã de terça-feira, 23, o 54º Congresso Estadual de Municípios voltou seus olhares para uma palestra sobre os trabalhos desenvolvidos pela Defesa Civil do Estado de São Paulo, que são de grande importância devido às condições climáticas de algumas cidades paulistas.

O palestrante Coronel Luiz Massao Kita, Secretário Chefe da Casa Militar do Estado de São Paulo, demonstrou aos presentes as principais atividades desenvolvidas pela sua Coordenadoria. "Per-corremos os 645 municípios do Estado

levando nossos cursos de administração de emergências", disse.

Kita apresentou os últimos dados do auxílio da Defesa Civil de São Paulo em algumas ações de emergência.

A Casa Militar do Governo atua oferecendo cursos de planejamento, legislação e ensino para administração de emergências, sendo parceira em obras de pontes, galerias, estradas rurais; monitorando as áreas de risco do estado - principalmente no verão - e promovendo campanhas sociais.

O palestrante destacou a necessidade da implantação de coordenadorias de De-

fesa Civil nos municípios, mostrando aos prefeitos, vereadores, deputados e demais congressistas os trabalhos desenvolvidos

por sua equipe. "Diante das ações climáticas que sofremos hoje, ações preventivas reforçam e auxiliam nosso trabalho".



Rita Passos apresenta trabalhos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Durante palestra, abordou as principais ações e programas da Seads

Por Carlos Eduardo Sgnoretti

Os congressistas puderam conhecer os trabalhos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, durante painel ministrado pela então secretária Rita Passos, na manhã de terça-feira, dia 23.

Rita Passos divulgou a parceria firmada com o SENAC – SP, no Programa Ação Jovem, disponibilizado para adolescentes de 15 a 24 anos com o objetivo de estimular os jovens a concluírem o ensino fundamental e médio. “Os interessados poderão se inscrever e realizar gratuitamente o seu primeiro curso na instituição”, informou.

Também anunciou o Projeto Complementando Renda Cidadã, que repassará

recursos aos municípios para que implementem cursos de qualificação profissional destinados a famílias atendidas pelo Renda Cidadã. “Queremos que as famílias se tornem auto-sustentáveis, desenvolvendo suas potencialidades. O chefe de família deve ter o seu trabalho e poder comprar o presente que desejar”.

Outro projeto mencionado foi o “Quero Vida”, que atenderá a população da terceira idade. “O governo disponibilizará unidades das quais os idosos poderão se acomodar durante o período diurno. Não será em tempo integral para que os idosos não percam o seu vínculo de família e de independência”, avaliou.



Bolsa Família

A diretora de Condicionalidades do Ministério do Desenvolvimento, Claudia Regina Baddini Curralero, demonstrou projetos do governo e falou sobre o Programa Bolsa Família, sua abrangência, características e condicionalidades exigidas. “Em 2009 foram atendidas cerca de 12 milhões de famílias no Bolsa Família. A política se articula de forma que todos possam ser atendidos. Visamos o alívio imediato da pobreza, reforço ao exercício de direitos sociais básicos e oportunidade de desenvolvimento das famílias”.

Além dos painéis principais, Congresso traz importantes palestras

Na terça-feira, dia 23, os congressistas foram agraciados com três palestras relacionadas à administração pública, além dos temas abordados nos painéis principais.

O superintendente do SEBRAE, Ricardo Tortorella, falou sobre a importância da Lei Geral municipal e sobre o programa MEI – Microempreendedor Individual. “Os prefeitos precisam regulamentar suas leis gerais; já temos 100 leis municipais aprovadas, mas precisamos que a maioria faça. Quanto ao MEI, existem diversas

vantagens e facilidades para sua formalização”.

O diretor de atendimento da PRODESP, Marcos Yazak, abordou o tema “Suporte e Consultoria Prodesp para a Gestão Municipal”, ressaltando o uso da tecnologia da informação para auxiliar a administração pública municipal.

Também apresentou o programa Sintonia, que é um Sistema de Gestão de Serviços, o qual agiliza o atendimento ao público e monitora o trabalho dos servidores, para garantir o bom atendimento.

A terceira palestra foi ministrada por Marcelo Dino Fraccaro, Consultor do Ministério da Cultura e Articulador da Representação Regional de São Paulo do MinC no Programa Territórios da Cidadania no Estado.

Marcelo divulgou um dos principais programas do Ministério da Cultura, o + CULTURA, que conta com três estruturas: Cultura Cidadania (fortalece a auto-estima), Cultura Cidade (reforma e adapta espaços culturais) e Cultura Economia (gera oportunidades de negócio, emprego e renda para os trabalhadores). (D.B.)

Painel traz debate sobre Regiões Metropolitanas

Presidente da Região Metropolitana de Campinas fala da importância do sentimento de “cidadão metropolitano”

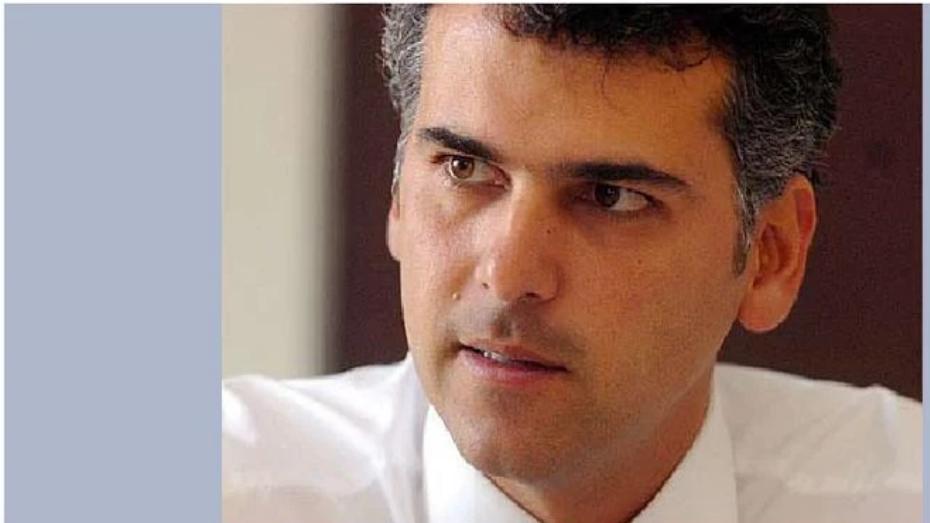
Por: Adrielle Amaral

No painel sobre as Regiões Metropolitanas, na terça feira, dia 23, o presidente da Região Metropolitana de Campinas e prefeito de Jaguariúna, Gustavo Reis, ministrou palestra com o tema “Experiências no mundo, no Brasil e na RMC: a importância do cidadão metropolitano”.

Gustavo Reis iniciou comentando as contradições que englobam as regiões metropolitanas, como as grandes diferenças entre ricos e pobres, que geram um alto contraste.

Também avaliou que esta complexidade que atinge tais regiões é um fenômeno mundial e, ao mesmo tempo, local. Porém, embora existam contrastes negativos, há exemplos positivos que servem de incentivo. “Vancouver é um exemplo a seguir: é a região metropolitana conhecida por possuir a melhor qualidade de vida”, salientou Reis.

No Brasil, até o momento, existem 26 regiões metropolitanas que englobam 390 municípios. Ainda segundo estudos apresentados, do total de cidades brasileiras apenas 7% fazem parte ou estão em uma região metropolitana, ao passo que do total da população do país 50% se encontram concentradas em regiões metropolitanas.



Para as pequenas cidades, que representam 81% do número de municípios do estado de São Paulo, as regiões metropolitanas se consolidam como uma forma de atingir maior representatividade política e administrativa junto aos governos estadual e federal. Além disso, elas também se tornam estratégias de negócios, ao funcionarem como atrativos de empresas, e propiciam a participação em ações conjuntas com municípios de maior porte. “Um exemplo interessante de ações conjuntas é a integração de operação das Guardas Municipais”, ressaltou Gustavo.

Segundo dados do palestrante, a Região Metropolitana de Campinas, que está completando dez anos, é composta por 19 municípios, possui 2,7 milhões de habitantes e é gerenciada por 19 prefeitos e 19 representantes do Governo do Estado.

Além disso, um dos desafios a serem transpostos diz respeito à questão da moradia. Atualmente a região possui um déficit de 300 mil casas que, segundo Gustavo Reis, poderá ser sanado através dos programas

“Minha Casa, Minha Vida” e CDHU.

Finalizando a apresentação, o palestrante salientou a importância do conceito de “Cidadão Metropolitano” e da consciência metropolitana. “Um exemplo de cidadão metropolitano é uma pessoa que mora em uma cidade, trabalha em outra e estuda em uma terceira”.

Para que isso se torne realidade, algumas ações conjuntas em diversas áreas devem ser pensadas, como a integração do transporte rodoviário, ferroviário e aeroviário, a implantação de um “bilhete único” entre as cidades e a necessidade da diminuição dos pedágios, que inviabilizam a implantação de grandes empresas e o escoamento de produtos.

Na opinião de Gustavo Reis, o importante é que haja um sentimento de cidadãos metropolitanos entre diversos agentes. “Não adianta as cidades se integrarem em uma Região Metropolitana se seus dirigentes e moradores não se sentem como cidadãos metropolitanos”, concluiu.

Presidente da Sabesp destaca a importância da parceria com os municípios

Os desafios do saneamento, as parcerias e investimentos feitos nos municípios paulistas foram assuntos abordados pelo presidente Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Gesner Oliveira, em palestra na tarde de terça-feira.

Gesner chamou a atenção para o fato de que houve um avanço no saneamento e São Paulo está com uma posição relativamente boa, se comparada com o Brasil. Contudo, ponderou que ainda há muito para ser feito.

Mais de um milhão de crianças com menos de cinco anos morrem anualmente face à falta d'água limpa, segundo informou Gesner. "Esse é um fato da falta de saneamento no mundo".

Outro problema apontado por ele é a perda de cerca de 40% de água no momento da produção e distribuição. "A Sabesp tem investido muito na questão da redução de perdas. Aliás, nos últimos quatro anos houve uma duplicação do patamar de investimento, o que é muito importante para atingirmos a universalização".

Gesner mencionou as parcerias com os municípios, afirmando que, com o novo marco regulatório e com a nova lei geral do saneamento, os municípios tiveram mais voz ativa, o que ele consi-

dera muito positivo.

Citou a importância que tem sido dada à renovação dos contratos com os municípios, informando que até agora foram 174 renovações e mais de 200 leis autorizativas. "As câmaras municipais aprovam a lei para que o executivo municipal possa assinar contrato com a Sabesp".

Também falou sobre os programas ambientais, como o Córrego Limpo e o Canal Limpo; sobre a cooperação para plantio de árvores; parcerias na área tecnológica; tratamento de resíduos sólidos; projetos de aterros sanitários e convênios de coopera-



ção para desenvolvimento de soluções com o lixo. "Também temos perspectiva de atuação na área de energia, drenagem e manejo de águas pluviais".

De acordo com Gesner, a Sabesp começou a explorar o potencial de geração de energia, como a criação de pequenas centrais hidrelétricas. "Outra prioridade é com relação à produção de água de reuso. Há vários usos da água que não necessitam o mesmo grau de tratamento que fazemos para a água de consumo humano".

Para finalizar, afirmou que não adianta fazer tantos investimentos se não houver o ingrediente básico da cooperação, da parceria e do diálogo com os municípios. "O conflito saudável e democrático é muitas vezes necessário para encontrar as melhores soluções".

(D.B.)



Desembargadores ministram palestra sobre Precatórios e Execução Fiscal



O painel do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi muito aguardado pelos prefeitos e autoridades presentes no Congresso, em razão dos temas abordados: precatórios e execução fiscal.

O presidente da APM, Marcos Monti, abriu o painel, citando a PEC 62 que instituiu regime especial de pagamento das dívidas de precatórios. "Foi um trabalho árduo do movimento municipalista, pois havia muita pressão. Até intitularam como PEC do calote, mas tenho certeza que o gestor público de forma nenhuma dará calote. Ele quer ter a possibilidade de pagar, mas de uma forma que não venha a ferir os interesses da sua comunidade".

O deputado Guilherme Campos, autor da PEC 62, complementou dizendo que o objetivo foi dar segurança aos prefeitos e governadores e garantia àquele que tem a receber do Estado. "Os desembargadores terão a boa tarefa de organizar o pagamento. Antes era o faz de conta que se pagava, com muita demanda e pouca solução".

A desembargadora Vera Lúcia Angriani falou sobre a situação dos municípios, sugerindo que as receitas sejam incrementadas com a agilização dos executivos fiscais, "quer seja na forma de economia de recursos, baixando o maior

número de processos que não têm mais resultado possível, quer seja dando o incremento na distribuição daqueles que vão viabilizar mais receita para a Prefeitura".

O desembargador Samuel Alves de Melo Júnior mostrou a visão da nova administração do Tribunal no que tange as execuções fiscais. "Fizemos no fim do ano passado contatos com a Prefeitura de São Paulo e conseguimos, de uma só vez, liquidar mais de um milhão de execuções que estavam pendentes".

Conforme informou, o Tribunal está montando um grupo de trabalho, com juízes aposentados, que fará contato com os municípios, buscando soluções para dar fim ou encontrar o andamento adequado às execuções, muitas delas paralisadas há anos. "Queremos saber se há ou não nos municípios legislação tratando de valores mínimos para a propositura da execução".

Precatórios

O desembargador Vinícius Sales admitiu que a PEC 62 é um desafio para o Tribunal de Justiça, órgão que recebeu a incumbência de fazer a gestão dos precatórios.

Até 2009, o sistema de precatórios era administrado e registrado pelas próprias unidades devedoras: municípios, autarquias e Estado. "Eles apuravam e faziam o pagamento diretamente nos processos.

Entrando esses depósitos, o judiciário fazia intervenção para detectar se o valor estava correto ou não".

Com a entrada da Emenda 62 a situação mudou – todos os devedores devem depositar em duas contas especiais os valores que serão administrados pelo TJ. "Isso nos impõe a grande e difícil tarefa de fazer a ordem de pagamento baseada na cronologia da entrada do precatório", explicou.

Na opinião do palestrante, a maioria dos municípios ainda não se atentou para a grandiosidade da tarefa relativa à Emenda 62. "A sistemática teve início em janeiro. Teoricamente, todos os municípios devedores tinham que depositar, mas apenas quatro municípios cumpriram essa tarefa. Em fevereiro, ficamos esperando a avalanche de depósitos e só oito fizeram".

Para finalizar, afirmou que a Emenda 62, se bem administrada, deixa de ser a emenda do calote. "Sabemos a dificuldade dos municípios de fazer esse pagamento, principalmente de dívidas que os prefeitos não contraíram, mas que estão herdando e têm que pagar. No entanto, não há como superar isso. Decisão judicial não se questiona, se cumpre", concluiu.
(D.B.)

Painel “Vereadores” movimenta congressistas

Lei orgânica, lei eleitoral e as conquistas municipalistas foram os principais assuntos debatidos

Os trabalhos na quarta-feira começaram a todo o vapor. No período da manhã, os congressistas acompanharam importantes debates no Painel Vereadores, coordenado pelo presidente da UVESP – União de Vereadores do Estado de São Paulo - Sebastião Misraia. “Neste laboratório de ideias, que é o Congresso da APM, podemos discutir nossas propostas. Nossa luta é uma só – pacto federativo perfeito e não às avessas”.

A primeira palestra, ministrada pelo advogado André Leandro Barbi de Souza, foi sobre Revisão das Leis Orgânicas. “Esta lei organiza o município e deve ser elaborada pela Câmara. É também dever da Câmara perceber o conteúdo da lei para acompanhar se ela continua sendo satisfatória para o desenvolvimento do

ela precisa ser corrigida; no terceiro eixo é importante que cada município tenha a sua lei, retratando sua principal característica econômica, social e de desenvolvimento ambiental”.

Lei Eleitoral

O segundo tema abordado foi sobre as revisões da lei eleitoral e fidelidade partidária. O advogado Ricardo Vita Porto, membro do Conselho Técnico da APM, relatou quais as novidades no cenário legislativo para as eleições de 2010.

As resoluções aprovadas pelo TCE dizem respeito ao registro de candidatura, propaganda eleitoral, arrecadação e aplicação de recursos de campanha, visando tornar mais clara a forma de financiamento de campanha, além de proporcionar ao

as conquistas da frente municipalista e a retomada do fortalecimento dos municípios. A apresentação foi feita por Lincoln Magalhães, ex-presidente da APM. “Nossa história é muito rica. O municipalismo não é só procedimento das reivindicações municipalistas, foi a participação ativa no movimento das diretas”.

Quêrcia iniciou seu discurso lembrando que frequenta o Congresso há 50 anos e foi presidente da APM por 12. “Sempre existiu essa luta pelo fortalecimento dos municípios, pela necessidade de ampliar a arrecadação municipal. O que falta para essa força é um empenho na descentralização a favor dos municípios”.

Sobre o pré-sal, reforçou a importância de se resguardar os interesses do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de São Paulo, mas ponderou que os recursos têm que



município”.

Para saber quando é necessária sua atualização, é importante observar três eixos, segundo informou o palestrante: o eixo constitucional, o jurisprudencial e o vivencial. “Quando muda a constituição federal, temos que analisar se aquela mudança vai repercutir na lei orgânica do município; do ponto de vista jurisprudencial

eleitor acesso sobre a vida pregressa dos candidatos. “É importante conhecer bem as regras eleitorais para evitar que os registros sejam cassados por atos praticados durante o processo eleitoral”.

Fortalecimento dos Municípios

O Congresso também recebeu o ex-governador Orestes Quêrcia, que falou sobre

ser divididos com os municípios. “Por que o Governo Federal têm que ficar com a metade dos recursos?”.

O presidente da APM, Marcos Monti, registrou sua satisfação em receber Lincoln Magalhães e Orestes Quêrcia, dois baluartes do municipalismo. “É muito importante para o movimento municipalista que a gente tenha pessoas que defendam nossas bandeiras”. (D.B)

Os desafios da Secretaria dos Transportes

Dentre as ações, secretário citou as obras do Rodoanel, que ajudaram a desafogar o tráfego



“O que me faz gostar muito dessa Secretaria é poder ter contato com prefeitos, deputados e vereadores. É muito difícil tomar decisões, mas, se vou fazer, procuro fazer aquilo que mais atenda à comunidade”, afirmou o secretário de Estado dos Transportes, Mauro Arce, em sua palestra, no dia 24.

Mauro Arce saudou as autoridades presentes, enfatizando que era um prazer participar do Congresso. “Quero cumprimentar o Marcos Monti, meu colega, querido amigo e companheiro da Sabesp, a quem cabe presidir a APM, de tamanha importância para cada um dos 645 municípios”.

O secretário abordou os projetos de sua pasta e mencionou algumas iniciativas do governo na área de transportes, mostrando tabela com a malha rodoviária de São Paulo. “Temos uma malha extremamente ampla, mas as estradas federais são poucas em São Paulo e algumas estão em péssimo estado”.

Conforme informou, os municípios têm 175 mil quilômetros de estradas e a maioria não é pavimentada. Por meio do programa Pró-Vicinais, que já está em sua quarta etapa, serão pavimentados mais de 12 mil quilômetros de estradas vicinais do Estado de São Paulo.

Mauro Arce afirmou que, após as recuperações das vicinais, é importante

que haja um trabalho de conscientização para manutenção das mesmas, uma vez que existem problemas como excesso de caminhões pesados que trafegam nesses locais e falta de sinalização adequada. “Entendemos que as prefeituras encontram dificuldade, pois o número de estradas a serem fiscalizadas é enorme, mas é necessária pelo menos a sinalização, com indicação de que não dá para passar veículos de 100 toneladas”, salientou.

O palestrante também citou programas como de construção e reforma de terminais rodoviários, importantes para as cidades menores, e o Rodoanel, que integra os grandes programas estruturais. “O Rodoanel teve início no governo Mário Covas, o trecho oeste foi concluído no governo Alckmin e o trecho sul foi construído no atual governo. Esse trecho irá tirar cerca de 40% dos caminhões que passam na Marginal Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes, possibilitando redução do tempo utilizado para atravessar São Paulo”.

Outros assuntos abordados foram as ferrovias, hidrovias e dutovias, com destaque para o porto de Santos – maior porto

da América Latina e 9º porto do mundo. “80% das cargas vão de caminhão e há grande demora para chegar. A ferrovia também tem um nó muito grande porque passa na Estação da Luz”.

Na opinião do secretário, para que tenhamos uma melhor distribuição do transporte, principalmente de carga, será necessária a interligação de centrais de logísticas, “onde poderão ser feitas as trocas de mercadorias usando todos os meios de transporte”.

Ao término de sua explanação, Mauro Arce se colocou à disposição dos prefeitos, afirmando que a Secretaria está sempre de portas abertas. “Esse encontro é muito importante e espero que sirva para troca de ideias, de experiências. Não podemos desperdiçar essas oportunidades”. (D.B.)



Habitação: projetos que vão além da moradia



Déficits habitacionais, programas de recuperação sócio ambiental e de favelas, novas moradias e desenho universal foram alguns dos assuntos abordados por pelo diretor da CDHU, João Albukater Neto, que representou o secretário de Estado de Habitação Lair Krähenbühl, no painel de quarta-feira, dia 24. "Encaramos a habitação como um dos três principais pilares da estrutura e da sobrevivência do homem", declarou.

João Albukater apresentou alguns números sobre déficit habitacional, informando que 67% dos déficits estão concentrados nas regiões metropolitanas e 33% encontram-se no interior. Já as residências inadequadas correspondem a 75% nas regiões metropolitanas e 25% nas demais regiões do Estado de São Paulo. "Esses dados auxiliam o governo a tomar decisões".

O palestrante citou o Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais, o Cidade Legal, que beneficia hoje 359 municípios – cerca de dois

milhões de famílias. "A Secretaria também está regularizando os passivos da CDHU - 155 mil unidades".

Quanto às moradias, informou que existem 31 mil unidades de canteiros de obras, por meio de um programa de parceria com municípios. "Temos 4.700 unidades em parceria com cooperativas e associações e mais de cinco mil produzidas diretamente pela CHDU". O atendimento habitacional no Estado é bastante significativo, segundo o palestrante. "Estamos investindo 45% no interior do Estado".

O diretor da CDHU enfatizou o trabalho que vem sendo feito com relação à melhoria dos conjuntos - metade das unidades tem três dormitórios, pé direito ampliado, revestimento e aquecimento solar. "Temos feito parceria com empresas de distribuição de energia elétrica e estamos instalando mais de 10 mil aquecedores solares. O conjunto é entregue com todas as benfeitorias, pronto para morar, com placa de rua e até escritura".

Também ressaltou os programas de

recuperação sócio ambiental da Serra do Mar, que visa preservar a mata atlântica e criar barreiras naturais de proteção, e de recuperação de resíduos urbanos degradados (favelas), concentrados na baixada santista e região metropolitana. "Não existem mais terrenos disponíveis nas regiões metropolitanas e há uma terrível dificuldade para se construir".

Conforme explicou, a recuperação ambiental em condições de regularização passa a ser fundamental e mais barata. "Para urbanizar um tecido deteriorado, se gasta R\$ 30 mil, enquanto que para produzir unidade nova, comprando terreno, fazendo construção, o custo pode chegar a R\$ 100 mil".

Desenho Universal

Para finalizar, citou o projeto do Desenho Universal, feito em parceria com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e o programa Vila Dignidade. O Desenho Universal preocupa-se em fazer as casas de tal forma que possam ser adaptadas por pessoas com qualquer tipo de deficiência física. Já a Vila Dignidade trata-se de conjuntos para a terceira idade que recebem aqueles que não têm mais onde morar ou não possuem família. "Hoje já temos 15 conjuntos em construção no Estado e vamos contratar mais 90".

Caixa

Durante o painel de Habitação, Valter Gonçalves, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, salientou que 77% do que é feito no Brasil de Habitação passa pela Caixa. "Temos 18 superintendências no Estado de São Paulo".

Valter mostrou um rápido cenário de como a Caixa tem trabalhado e citou os programas administrados por ela, como, por exemplo, o Minha Casa Minha Vida. Ao final, divulgou a assinatura de convênios com 22 prefeituras, feita no Congresso, destinados à construção de mais de cinco mil unidades habitacionais no estado de São Paulo.

(D.B.)



Dr. Augusto Cury lota o auditório em palestra no 54º CEM

Escritor falou sobre qualidade de vida na formação de líderes do século XXI

Dr. Augusto Cury ministrou palestra no auditório principal do 54º Congresso Estadual de Municípios, na quarta-feira, 23, com o tema “Qualidade de vida – Fazendo Líderes para o século XXI”.

A platéia, lotada e atenta às palavras do palestrante, ouviu algumas das principais ideias instaladas por ele em seus livros. “Nós somos a única espécie que pensa e tem consciência disso. Porém, não honramos essa arte e acabamos investigando muito pouco esse mundo”, disse.

O escritor deu algumas instruções aos políticos presentes no auditório para terem sucesso em suas carreiras e também saberem administrar conflitos, dificuldades e barreiras. “O homem que atua como grande líder do mundo de fora é timido expectador do mundo de dentro. Quando o ‘eu’ não atua, ele se torna marionete dos conflitos”, afirmou.

Além dessas instruções reforçadas no decorrer de seu discurso, o escritor de “O Vendedor de Sonhos” enalteceu a tese de que o político consegue cuidar da adminis-

tração do mundo de fora, mas não de sua própria mente. “É preciso aprender a usar a arte da dúvida e da crítica, para reciclar o lixo do ‘eu’”.

Ele permaneceu no 54º Congresso Es-



tadual de Municípios até quinta-feira, autografando livros e conversando com os fãs sobre seus pensamentos, teorias e, principalmente, sobre como resolver os conflitos da vida.

Programação Especial

Dr. Augusto Cury também ministrou

palestra na Programação Especial, sobre projeto “Escola de Inteligência, formando pensadores e educando a auto-estima”.

Este projeto visa ensinar adolescentes, crianças e jovens a entenderem que a vida não é um céu sem tempestades e nem um caminho sem acidentes. “Risos e lágrimas fazem parte da agenda de todo ser humano, então, temos que ensinar nossas crianças a escreverem os capítulos mais importantes da vida nos momentos mais tristes de sua história”, assegurou.

A ideia é contribuir para que as crianças, adolescentes e a juventude em geral tenham mais chances de desenvolver funções nobres da emoção e criatividade de empreendedorismo.

O palestrante destacou a importância que os seres humanos devem dar ao conhecimento de si próprio. “Temos que aprender a estabelecer um diálogo com a gente mesmo. Se a sociedade te abandona, a solidão é suportável, mas se você mesmo se abandona, ela é intolerável”, relatou.

(A.A.)

Os desafios e avanços da universalização dos serviços de Saneamento

A secretária de Estado de Saneamento e Energia, Dilma Seli Pena, iniciou seu painel após palestra do Dr. Augusto Cury, na tarde de quarta-feira, dia 24. Dilma fez menção ao conteúdo abordado por ele – de que precisamos envolver nossa mente e nossos sentimentos para ser cada vez mais humanos e mais iguais – destacando que existe um ponto em comum com o saneamento: “quem não tem água potável em casa é menos igual que os outros; água é vida, se não temos como cuidar da água, temos menos vida e, assim, menos condições de vida interior”.

Em seguida, abordou os desafios e avanços da universalização dos serviços de saneamento, apresentando o livro “Saneamento – Plano Municipal Passo a Passo”, um roteiro dos planos municipais de saneamento, elaborado em parceria com o Cepam. “Este plano é um instrumento do prefeito, da Câmara Legislativa e da sociedade, para ter referência de como o serviço deve ser feito, acompanhado e fiscalizado. Estamos apoiando os municípios na concepção de seus respectivos planos para depois elaborarmos planos regionais por bacia hidrográfica”.

Conforme salientou, a Secretaria trabalha para oferecer sistema de abastecimento de água que atenda todos os municípios, um sistema de coleta que recolha a água servida e um sistema de tratamento que trate os esgotos coletados e devolva água limpa para os cursos d’água. “A água que temos disponível no



planeta é única, não aumenta de quantidade; ou cuidamos bem dela ou vamos ficar sem”.

A secretária afirmou que a escassez de água já é fato no Estado de São Paulo: o Brasil tem 12% de toda água doce do planeta e o Estado de São Paulo só participa com 1,6%. “É muito mal distribuída, pois está concentrada na região amazônica e no sul do Brasil, enquanto que na região metropolitana de São Paulo e no nordeste já temos escassez”.

Para investimentos na área de saneamento básico e na área de drenagem e controle de enchentes foram mobilizadas todas as fontes de financiamento possíveis, num montante de R\$ 13 bilhões, segundo informou a palestrante. “É um volume de investimentos muito importante. Vamos deixar

executados até o final de 2010 em torno de 60% desse valor e cerca de 40% em obras contratadas”.

No Estado de São Paulo, existem hoje 172 municípios chamados de 300%, ou seja, que possuem 100% de abastecimento de água, 100% de coleta e 100% de tratamento de esgoto. A meta é de que em 2020 todos os domicílios do Estado de São Paulo estejam conectados à rede, atingindo os 300%. “Cerca de 90 plantas de tratamento de esgoto estão em execução e até o final do ano vamos entregar mais 66. É um trabalho extraordinário”.

Após explanação da secretária, os congressistas puderam conferir palestra do professor Luiz Menezes, sobre “Limpeza da rede de água sem uso de produtos químicos”.
(D.B.)

Presidente da APM ministra palestra no painel Municipalista

Marcos Monti debateu temas de interesse dos municípios

O primeiro painel de quinta-feira, dia 25, trouxe o tema “Municipalismo” e foi comandado pelo presidente da APM, Marcos Monti. Ele passou um esboço geral do movimento municipalista, o que tem sido feito pelas entidades, destacou algumas conquistas e mencionou projetos que tramitam no Congresso Nacional e o reflexo disso para os municípios.

Como exemplo, citou o piso salarial do magistério e dos agentes comunitários de saúde, os quais comprometem as arrecadações das Prefeituras. “Essas emendas são impostas, mas não sabem se o município tem condições de pagar isso”.

Também mencionou a luta pela regulamentação da Emenda 29. “A realidade hoje é que os municípios gastam 22% de seu orçamento para manter a saúde, ou seja, muito mais do que é obrigatório. Por isso estamos lutando para votar a regulamentação dessa emenda”.

Quanto às conquistas, destacou o aumento do valor da merenda escolar: no Estado de São Paulo, subiu de R\$ 0,16 para R\$ 0,22 por aluno, após audiência da APM com o então governador José Serra. “Hoje, os municípios recebem, entre União e Estado, R\$ 52 centavos. Temos que enaltecer essa conquista, mas ainda não é o suficiente”.

Da mesma maneira, a APM conseguiu modificar o critério de cobrança com transportes de alunos – antes, o repasse era com base em valor fixo por aluno; agora, passou a ser considerado por quilômetros rodados.

Outros assuntos

Marcos Monti relatou o comportamento do FPM nos últimos meses, salientando que só haverá melhora no final do ano. “Acontece isso por causa da declaração do imposto de renda. Quando começam as restituições, que são deduzidas do bolo, temos uma queda acentuada e volta a melhorar em outubro”.

Segundo ele, o município que tem o FPM como principal receita deve se programar e estar muito bem estruturado para não ser traído pelas previsões.

Outra importante fonte de renda para os municípios, discutida no Congresso, é o ITR – Imposto Territorial Rural. Dos 5.564 municípios, 1.300 municípios fizeram adesão. No Estado de São Paulo, dos 645, 264 aderiram. “Os municípios que fizerem convênio com o tesouro nacional passam a receber 100% do imposto, tendo um incremento significativo na receita”.

A questão dos royalties do pré-sal também entrou em pauta. “Mais de 900 munícipios



cípios recebem royalties e apenas 29 têm a participação especial. Apoiamos a proposta da CNM, de que os royalties fiquem da maneira como estão e que os royalties especiais passem a ser divididos com todos os municípios. Este é o momento de nos posicionar e fazer valer a força municipalista”.

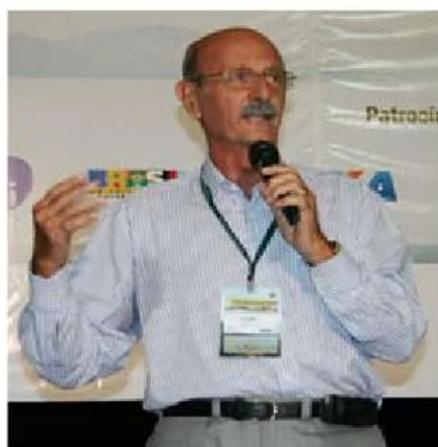
Ao finalizar, Marcos Monti afirmou ser imprescindível um movimento organizado. “Os projetos são todos impositivos aos municípios, mas nunca tem a fonte dos recursos, como tudo será pago. E é essa nossa preocupação”.

Pacto Federativo

O prefeito de Lins, Waldemar Casadei, apresentou o manifesto sobre o Pacto Federativo, defendendo a bandeira do fortalecimento dos municípios. “Os municípios são extremamente frágeis neste país e a base de um país sendo fraca, como é a nossa, o país é fraco”.

Casadei fez referência ao saudoso Franco Montoro, reafirmando que a solução dos problemas está nos municípios, “pois é lá que tudo acontece”. “Não temos condições de investir em nossos municípios. Precisamos ter autonomia financeira”. Para ele, é necessário mudar as atribuições e competências da União, dos Estados e Municípios, redistribuindo os recursos. “Está na hora de dar um basta. Devemos contemplar efetivamente os municípios”.

(D.B)





A base para o Desenvolvimento Sustentável está na educação

O papel da educação para o Desenvolvimento Sustentável, na perspectiva de quem faz o poder local, foi o tema central da palestra da senadora Marina Silva, na quinta-feira, dia 25.

Inicialmente, a palestrante contextualizou o tema, situando o mundo em que vivemos e chamando a atenção para as duas grandes crises pelas quais passamos: a ambiental e a econômica.

De acordo com ela, enquanto a crise econômica diz respeito a um aspecto da dinâmica social, a ambiental está na base de tudo. "Ela se expressa em vários aspectos: na destruição da biodiversidade, contaminação do ar, dos solos e na destruição de vários serviços ambientais importantes para o equilíbrio do planeta".

O Brasil tem em sua biodiversidade 50% do seu PIB (Produto Interno Bruto) e a terra já está no vermelho 30% no que concerne a regeneração do planeta, segundo informou Marina Silva. "A gente fica muito feliz quando o país cresce 5%, imagine o que é comprometer 50% desse mesmo PIB. Desenvolvimento Sustentável é justamente a capacidade de usar os recursos naturais hoje de tal forma que atenda as nossas necessidades, sem comprometer



os direitos das gerações futuras".

Conforme destacou, os prefeitos e pessoas que participam do movimento municipalista têm um olhar para a necessidade de uma gestão compartilhada e para o princípio da descentralização, onde assumam cada vez mais um papel proativo.

Contudo, pondera a palestrante, é fundamental que essas competências sejam acompanhadas dos recursos necessários e da capacidade de gestão. "O poder municipal não pode assumir essas responsabilidades sem as ferramentas efetivas para implementá-las".

Marina Silva enfatiza que devemos pensar em educação não apenas como um direito – educação para todos e de qualidade

– mas também como uma educação alavancadora da dinâmica econômica e social de um país. "Uma educação transformadora é capaz de perceber que a realidade tem várias linguagens e precisamos estar atentos a elas", concluiu. (D.B.)

Desenvolvimento Sustentável

Ao final, a palestrante elencou seis dimensões do desenvolvimento sustentável, explicando cada uma delas:

***Econômica** - para melhorar a vida das pessoas e ter uma economia competitiva;

***Sustentabilidade Social** - que as riquezas sejam distribuídas para gerar oportunidade a todos;

***Cultural** - valorizando nossa raiz;

***Estética** - as coisas não têm valor só porque dão dinheiro, mas também porque são importantes, belas;

***Da ética** – compromisso de preservarmos a nossa vida, mas a vida como perspectiva;

***Sustentabilidade Política** – vamos ter que educar nossos filhos para dar sustentabilidade política às mudanças que queremos ver.

Sidney Beraldo mostra as inovações da Secretaria de Gestão Pública

Durante o Congresso, ex-secretário também listou os principais desafios

O então Secretário de Estado de Gestão Pública, Sidney Beraldo, participou do 54º Congresso Estadual de Municípios na quinta-feira, 25, quando levou ao público presente as inovações de sua pasta.

Beraldo afirmou que já foi vereador e prefeito – por seis anos – e que por isso tem facilidade para compreender o dia-a-dia da gestão de uma cidade. “Quero transmitir aos prefeitos e vereadores um pouco dessa experiência”, disse.

Salientou que, hoje, há uma preocupação muito maior com gestão do que há 15 anos. “Já não existe somente entre os gestores, mas entre a própria sociedade que vê a questão como algo importante”.

Beraldo fez uma apresentação de seus principais desafios, com destaque para a



a receita, sem aumento de impostos”.

Outras metas da Secretaria é equilibrar as receitas e despesas para se ter uma boa capacidade de investimentos, fazendo mais e melhor, com menos recursos; e ter gestão por resultados.

Também explanou sobre os índices paulistas de responsabilidade social, qualidade de gastos públicos, redução de despesas corporativas, entre outros assuntos. “Com essas medidas conseguimos aperfeiçoar e dar mais eficiência à estrutura pública”.

Ainda neste painel, o presidente do Instituto Curitiba de Informática – ICI –, Jacson Leite, fez uma apresentação sobre como a informação, por meio da modernização, pode auxiliar estratégicamente na Gestão Pública. (A.F.)

melhora da qualidade e aumento da quantidade de serviços públicos. “Além disso, queremos otimizar os recursos e aumentar

anúncio

“Meio ambiente - mais que discutir, fazer”

*Seguindo este lema,
Xico Graziano
apresentou as diretrizes
de sua secretaria*



O secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, encerrou a programação de quinta-feira, dia 25, ministrando palestra sobre a atuação da Secretaria e os trabalhos que estão sendo feitos em prol dos municípios. “Agradeço muito o Marcos Monti, em nome da APM, que permite que eu esteja nesse Congresso tão conhecido para apresentar alguns resultados dessa forma de fazer política”.

Dentre os assuntos abordados, anunciou as inaugurações de escolas de educação ambiental nos municípios do Estado de São Paulo, afirmando que muitas cidades já estão preparando espaços adequados para fazer educação ambiental.

Outro ponto destacado pelo palestrante foi o trabalho pedagógico feito nas redes municipais de educação, em que a Secretaria de Meio Ambiente disponibiliza material aos professores para trabalharem com os alunos. “Minha dedicação é tão grande que sou autor do livro, juntamente com a minha esposa que criou os personagens da turma da criança ecológica. Isso é uma nova fase dentro das políticas ambientais, pensando na

educação das nossas crianças”.

Graziano citou, ainda, as ações de revitalização dos parques, que, segundo ele, estavam sem planos de manejo e sem conselhos de gestão. “Temos que fazer funcionar esses já existentes e criar novos. Tínhamos quatro unidades de conservação com conselhos de gestão, hoje são 70”.

Também ressaltou as inaugurações de agências unificadas da CETESB, criadas com o objetivo de atender melhor a base do interior de São Paulo. “Estas ações são somadas na agenda das águas, do controle a poluição, na agenda da biodiversidade e na agenda verde”.

Quanto aos lixões, o secretário enfatizou a importância de se fazer uma política nacional de resíduos sólidos e informou que, enquanto isso, continuará trabalhando para acabar com os lixões. “Não conseguimos dizer que é zero porque faltam sete municípios que, em dezembro, ainda estavam operando em situações para ser interditados”.

Conforme salientou, o Governo do Estado deu todos os prazos possíveis e foram oferecidos recursos para os municípios adequarem seus lixões – quem não fez isso, será interditado. “Isso é uma intransi-

gência necessária. Ter um aterro sanitário controlado e operado pela CETESB, tudo bem. Liberamos R\$ 50 milhões de reais para os municípios paulistas para que tenham condições de operar seus aterros. Não precisam ser nota 10, mas pelo menos 8 para cima”.

O projeto Município Verde Azul também foi destacado. A nova legislação dos critérios para o ranking de novembro – terceiro ranking ambiental do Estado - já foi publicada no Diário Oficial. “Os critérios estão cada vez mais apertados. Queremos agora ver o resultado das fiscalizações feitas; primeiro ano foi adesão, segundo legislação e terceiro vão mostrar resultados”.

Por fim, reforçou a necessidade da descentralização das políticas e fortalecimento dos municípios. “Não basta ser participante do processo; é necessário que tenha condição financeira para fazer a sua equação”.
(D.B.)

Afif apresenta projetos de geração de emprego e renda



Guilherme Afif Domingos, na ocasião secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, ministrou palestra sobre Qualificação, Empregabilidade e Renda, abrindo os trabalhos do último dia do Congresso.

Afif afirmou que a geração de emprego deve ser entendida com simplicidade, sendo preciso buscar parcerias com os municípios para conseguir ajustar as demandas de oferta de emprego. "É necessário capacitar os cidadãos e equilibrar o nível educacional. Hoje, temos no Brasil a faixa etária dos 30 aos 50 anos em que aproximadamente 50% ainda não concluíram o Ensino Fundamental".

Também salientou que o foco deve ser nos cursos para aperfeiçoamento e que a contribuição municipal é fundamental para a extensão a todos que precisam dos projetos. E, para isso, insti-

tuíram o programa estadual de qualificação e Requalificação Profissional, que oferece cursos gratuitos de qualificação profissional.

Um dos programas mencionados pelo secretário foi o "Emprega São Paulo", onde são cadastrados os cidadãos que buscam oportunidade de trabalho e empregadores que ofertam vagas no Estado de São Paulo. "A pessoa que se cadastra no portal da Internet, deixando seu número de telefone móvel, recebe oferta de trabalho via torpedo S.M.S".

Outro projeto destacado foi o sistema de georreferenciamento do portal Emprega São Paulo, apelidado de "GPS do Emprego" - uma ferramenta onde é possível buscar o emprego pelo endereço: os interessados, após se cadastrarem, conseguem visualizar a vaga de emprego mais próxima de sua residência. "O custo de transação das

pessoas é muito caro, além da perda de tempo que o indivíduo leva para chegar ao emprego".

Afif citou, ainda, o programa "salariômetro", que calcula o salário médio dos admitidos nos últimos seis meses no mercado de trabalho formal, com carteira assinada.

Durante explanação dos projetos da secretaria, informou que atualmente está sendo liberado, via internet, o licenciamento para as empresas. "Queremos derrubar a democratização. A pessoa jurídica poderá retirar seu alvará, entre outros certificados, via internet."

Ao final, concluiu a palestra com a frase: "Criar é transformar, é inovar. Não tenho medo do novo. Não há um bom governo na história que não tenha ousado".

(C.E.S)

Linamara Battistella ministra palestra sobre Inclusão Social das Pessoas com Deficiência



A secretária de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Linamara Rizzo Battistella, ministrou palestra na sexta-feira, dia 26, com o tema “Como materializar o direito à inclusão das pessoas com deficiência”.

Linamara apresentou dados relativos ao número de deficientes, reforçando que eles são uma parcela significativa da população e merecem atenção e respeito. “Atualmente, existem no Estado quase seis milhões de pessoas em diferentes níveis de deficiência física, sendo elas motora, visual, auditiva ou intelectual”, enfatizou Linamara.

O trabalho da Secretaria enfatiza a reabilitação, prevenção e tratamento, visando transformar as pessoas com deficiência em protagonistas de suas próprias vidas, conforme destacou a secretária. “Para tanto, a acessibilidade deve estar presente na arquitetura, nos transportes, materiais e equipamentos, além da conscientização e do cumprimento da legislação”.

Atualmente, o modelo de inclusão social atenta para a necessidade de as

cidades se adaptarem para receber a pessoa com deficiência, diminuindo as barreiras arquitetônicas. “A inclusão se utiliza de instrumentos tecnológicos e conhecimentos científicos, tornando a sociedade mais fácil para todos, inclusive para pessoas com deficiência”, explicou Battistella.

Em sua opinião, é necessário que haja uma articulação de políticas transversais, uma vez que a inclusão, além de ser um ato de cidadania, promove mais empregos e, consequentemente, maior geração de renda. “Na educação, por exemplo, ao invés de se criar escolas para pessoas com deficiências, os secretários devem pensar no tratamento e ajudas técnicas com qualidade para a inclusão desse deficiente nas salas de aula”.

Além disso, a palestrante ressaltou a importância da integração das informações, por meio do Cadastro Estadual das pessoas com deficiência e da articulação das prefeituras. “A promoção da cidadania é feita através do fomento de ambientes favoráveis, sem barreiras. Não são apenas relacionadas ao acesso, mas à informação e ao desenvolvimento das potencialidades

e habilidades individuais”.

Durante sua explanação, citou o projeto “Programa de Empregabilidade” - que tem como objetivo qualificar pessoas com deficiência para atuarem no mercado de trabalho - e o “fórum empregabilidade”, que estuda o desenvolvimento profissional da pessoa com deficiência e garante o cumprimento da Lei de Cotas. “Usando as alianças entre empresas podemos superar o preconceito e promover a integração”, salientou.

Também mereceu destaque a rede de reabilitação Lucy Montouro, que garante a formação de recursos humanos e melhora o atendimento ao deficiente. Atualmente, existem quatro unidades associadas a faculdades de medicina. Nove unidades estão em construção, com entrega prevista ainda para este ano.

Para finalizar, Linamara deu dicas aos gestores, quanto ao planejamento da cidade, levando em consideração a acessibilidade, pavimento público, concessão de ônibus e habitação. (A.A.)

Tribunal de Contas aborda as polêmicas que envolvem as contas municipais

No último dia de trabalhos do 54º Congresso Estadual de Municípios, na sexta-feira, o secretário-geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Sergio Ciquera Rossi, esteve presente no Centro de Convenções para falar sobre as questões polêmicas que envolvem as contas dos municípios paulistas.

Sergio reforçou ideias lançadas durante o Congresso que criticam a distribuição da renda tributária do país. "O tribunal não tem culpa da situação dos municípios; o que falta é recurso", disse.

O secretário disse, ainda, que precisa haver um planejamento maior das contas nas prefeituras. "Uma licitação que é feita por um determinado município não pode ser usado para outro", contou.

De acordo com Sergio, é preciso que



cada cidade faça seu pregão conforme suas necessidades e suas expectativas, deixando, assim, de utilizar atas prontas vindas de outros locais com ambiente so-

cial diferente.

Sergio acrescentou uma ideia que deve ser pensada pelos prefeitos e suas respectivas câmaras municipais. "Você pode sim aceitar produtos importados, desde que você analise a qualidade. Muitas vezes a peça é mais barata, pois paga-se pouco ao funcionário, e não por má qualidade", explicou.

Ainda neste painel, foram discutidas questões polêmicas que deixam os municípios em dúvida sobre como devem agir em cada situação. Os congressistas puderam acompanhar também dicas para agir corretamente no que diz respeito às contas municipais. "Somos parceiros, não queremos 'caçar' prefeitos. Só não aprovamos quando as atitudes e ações não estão dentro do orçamento". (A.F)

Paulo Skaf e Paulo Maluf visitam Congresso

O Congresso recebeu a visita do presidente do CIESP, Paulo Skaf, na tarde de quarta-feira; e do ex-governador Paulo Maluf, na manhã de sexta.

Skaf recebeu o título de cidadão de Serra Negra, pelo trabalho que vem fazendo na região, ministrou palestra e concedeu entrevista aos órgãos de imprensa.

Em seu discurso, anunciou o pólo SENAI que será instalado no Centro de Convenções de Serra Negra, com a construção de uma escola de confecção para tecidos, malha e artefatos de couro. "Essa região tem um número muito grande de confecções e é uma região graficamente bem localizada".

Também ressaltou a importância de oferecer às pessoas uma educação de

excelência, oportunidade de práticas esportivas, atividades culturais e uma boa alimentação. "Tudo isso significa ensino em tempo integral e essa é a nossa prioridade".

Quanto à formação profissional, destacou que estão construindo mais de 100 escolas novas no Estado de São Paulo. "Temos que dar oportunidade de emprego, melhoria e aprimoramento. Ter conhecimento significa ter patrimônio verdadeiro".

O palestrante parabenizou a organização do Congresso, afirmando que não é fácil reunir um público tão grande com uma programação tão importante. "Este encontro é muito positivo e servirá para todos trazerem suas experiências".

Na sexta-feira, o deputado federal e ex-governador Paulo Maluf visitou o Con-

gresso, participando do painel Trabalho, comandado pelo secretário de Estado Guilherme Afif Domingos. Maluf compôs a mesa de autoridades, fez o uso da palavra e concedeu entrevista à imprensa regional e nacional. (D.B.)

Geraldo Alckmin ministra palestra e participa de solenidade de encerramento



O desenvolvimento do estado de São Paulo foi tema da última palestra do Congresso, ministrada pelo então secretário de Estado do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin.

Segundo ele, o programa de investimento do estado foi de 20,6 bilhões em 2009. "Com o aumento dos investimentos, acontece um aumento também na geração de empregos. No ano de 2009, 858.067 empregos foram gerados".

Outro ponto abordado foi em relação aos créditos - Alckmin citou a agência de fomento paulista, da Nossa Caixa, que possui o desenvolvimento focado na pequena e média empresa. Os recursos repassados para o programa foram de R\$ 1 bilhão de reais. Já para as pequenas empresas o governo dá o fundo de aval. "O problema da pequena empresa é que ela não tem crédito e é nesse ponto que o governo entra com o fundo de aval", explicou.

Também falou sobre a Agência Investe São Paulo, uma agência de investimento e competitividade que tem como objetivo ajudar a garantir o investimento no estado de São Paulo e estabelecer as regras da competitividade. "Não podemos perder investimentos, sejam eles grandes, pequenos ou médios", afirmou.

Com relação à educação, foram citados os investimentos nas Fatecs e Etecs que estão sendo construídas em parceria

com as prefeituras municipais. Isto está relacionado ao programa de expansão da Secretaria de Desenvolvimento. "O programa vai aumentar em cem mil a capacidade de matrículas no ensino técnico e em 500 mil no ensino superior", comentou o então Secretário.

Alckmin abordou a questão dos Parques Tecnológicos, afirmando que atualmente existem 12 parques que procuram unir a faculdade e o campo produtivo. "Um dos mais conhecidos é o de São José dos Campos, relacionado à área de aeronáutica. Eles englobam laboratórios, incubadoras e no entorno as empresas vão se instalando com o estímulo para que as que possuam bases tecnológicas se instalem".

Também falou sobre transporte e as melhorias que estão sendo feitas no Rodovia Trecho Sul, o Ferroanel e Mergulhão, a Hidrovía Tietê-Paraná e a Rede Paulista de Dutos.

Quanto ao pré-sal, salientou que, em breve, São Paulo - com a bacia de Santos - será um dos maiores produtores de petróleo e gás do país, superando Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Ao final de sua explanação, Alckmin participou da solenidade de encerramento, representando o governador José Serra.

(A.A.)

Programação Especial é aberta com importantes debates

A Programação Especial, destinada às primeiras damas e presidentes dos fundos sociais de solidariedade, começou na terça-feira, com o painel "Atuação Multidisciplinar nos Problemas de Aprendizagem", da Equipe do Ambulatório de Desvio de Aprendizagem FM/Unesp/Botucatu – SP.

A abertura foi feita pela coordenadora da Programação Especial, dra Andrea Monti, e pela primeira dama de Serra Negra, Zaira Antunes Franchi, Presidente do Fundo Social.

Os trabalhos tiveram início com palestra sobre avaliação neurológica, ministrada pela dra. Niura Padulla. Conforme salientou, independente de qualquer deficiência física, todas as crianças são capazes de fazer qualquer coisa e merecem o respeito em todos os lugares. "Cada criança tem sua qualidade e cada uma tem sua importância".

A segunda palestra trouxe o tema Diagnóstico Diferencial. A coordenadora do ambulatório de desvios de aprendizagem da UNESP de Botucatu, dra. Lara Cristina Antunes dos Santos, esclareceu que o diagnóstico é de suma importância para um melhor nível de aprendizagem. Citou exemplos e elencou os vários tipos de dificuldade de aprendizagem, como genética, déficit de atenção, superdotação intelectual e transtornos psiquiátricos.

A terceira palestrante foi Maria Dalva Lourenceti, que abordou o tema "Avaliação Neuro Psicológica", enfatizando que esta avaliação busca compreender o relacionamento humano e o funcionamen-

to cerebral. "Buscamos realizar, através de testes, a interpretação das atitudes de um determinado indivíduo".

Finalizando o ciclo de palestras, Dra Simone Aparecida Capellini abordou o tema intervenção precoce com a criança de risco para os problemas de aprendizagem, falando sobre dislexia e falhas no sistema educativo.

De acordo com ela, a verdadeira fábrica de crianças com problemas de aprendizagem é, na verdade, falência no sistema educativo. "Há crianças no Brasil, hoje, no final do nono ano que não sabem escrever. A maioria possui problemas com o método

de ensino e não dislexia, como muitos pensam".

A Programação Especial de terça foi engrandecida pela participação do grupo de teatro Alegra Brasil, de São Paulo, na exibição de um espetáculo chamado "Super-Escovão", que tem como objetivo conscientizar as autoridades políticas para investirem em ações que acrescentem conhecimento ao aprendizado das crianças. "As escolas precisam fazer a sua parte, pois as crianças levam e divulgam em casa o conteúdo aprendido", concluiu a diretora do espetáculo, Cintia Myai.

Painel “Escola da Família” levanta discussões

Assuntos como drogas, sexo e gravidez na adolescência foram destaques

Por: Tayla Cortez

Discutir temas atuais como sexo, drogas e educação, para uma platéia repleta de adolescentes, não é tarefa muito fácil. Porém, os palestrantes de quarta-feira, dia 23, foram muito aplaudidos pelos alunos da escola Estadual Dr. Jovino Silveira, de Serra Negra, durante a Programação Especial.

Dra. Luiza Francisca Almeida de Barros Albuquerque, psicóloga com especialização em linguagem não verbal e abordagem sistêmica familiar, falou sobre Família x Escola. Ela destacou a importância de deixar o adolescente falar, uma vez que ele tem necessidade de ser ouvido e não em ouvir. “Todo adolescente normal dá trabalho. Se não der, provavelmente há alguma coisa de errado com

ele”, afirmou.

Algumas características em um adolescente foram mencionadas pela palestrante: mudanças rápidas de humor, sentimentos imaturos exagerados, memória melhorada (nas meninas), sono profundo e sonolência (nos meninos), sexualidade exacerbada, sentimento de deformação do corpo e necessidade de referência afetiva. “Quando se vive em um ambiente familiar com indiferença, se nega ao afeto. O principal medo nos dias de hoje é ser diferente. Todos têm medo do diferente. A sociedade está ficando distante da afetividade”, salientou.

A segunda palestrante foi dra. Albertina Duarte, médica especializada em ginecologia e Coordenadora da Saúde do adolescente da Secretaria de Estado de São

Paulo. Dra. Albertina iniciou sua palestra afirmando que a adolescência é um tempo de mudança e amadurecimento do jovem.

Ela reforça que estamos importando padrões de corpos perfeitos que não fazem parte de nosso biotipo brasileiro, um país repleto de misturas. “Estamos vivenciando uma mentira de altura, peso e rosto. Necessitamos de aprovação e hoje somos vítimas de descriminação do próprio corpo”.

Outro ponto que a dra. Albertina ressaltou é a questão da gravidez na adolescência, que ainda é um problema. Os adolescentes possuem métodos para prevenção, mas não os utilizam, conforme destacou. “Camisinha hoje é anel de compromisso”, garantiu a dra. Albertina.

A terceira palestra ficou no comando do Tenente da PM Orlando Benedito de Lima, coordenador do Projeto SEMEAR, de Taubaté, que discorreu sobre as drogas.

O tenente comentou que a pior droga é a droga do pensamento negativo. Segundo ele, uma infância infeliz e pessimista leva o adolescente a procurar formas de ser feliz de outra maneira. “É importante que o adulto ouça seu filho, para que o traficante não se torne seu melhor amigo”.

A programação do dia foi encerrada com palestra do dr. Augusto Cury, sobre o projeto “Escola de Inteligência formando pensadores e educando a auto-estima”.





Municípios apresentam projetos que ajudam a população carente

Na quinta e sexta, a Programação Especial trouxe os painéis “Sonho, Ação e Realidade” e “Experiências que deram certo”, para mostrar exemplos de programas realizados nos municípios do Estado de São Paulo, que ajudam a população carente e vulnerável da cidade.

A presidente do Fundo Social de Jaú, Caroline de Toledo Franceschi, apresentou, na quinta, o projeto “Mulheres em Construção”, em que a Prefeitura doa lotes urbanizados às pessoas carentes e as próprias mulheres constroem suas casas, com a ajuda de um engenheiro responsável. “Quarenta mulheres construíram a primeira casa em 35 sábados, totalizando quatro meses”, relatou.

Outro projeto mostrado foi a fábrica de tijolos ecológicos feitos com a sobra de materiais de construção, com mão-de-obra de dependentes químicos de uma comunidade de Jaú.

Os participantes também puderam conhecer o projeto “Sonho Meu”, apresentado por Rosemirian de Castro Siqueira, presidente do Fundo Social de Aparecida do Norte e do Codivap Mulher. O projeto é

semelhante ao “Mulheres em Construção”: a Prefeitura doa terrenos para as famílias construírem sua própria casa.

Na sexta, a primeira dama de Serra Negra, Zaira Franchi, falou sobre o projeto Amor Perfeito, que ajuda as mulheres grávidas, oferecendo acompanhamento durante todo o pré-natal.

Segundo Zaira, o projeto tem contribuído com a diminuição da mortalidade durante a gestação e no parto, aumentando o período de aleitamento e diminuindo a evasão do pré-natal.

Ainda na sexta, Sandra Meronho apresentou a ONG Apraeco, que ensina pessoas a transformarem lixo em luxo. “É um artesanato de baixo custo e de fácil acesso”.

Pedofilia

Na quinta-feira também teve palestra sobre Pedofilia, ministrada pelo deputado estadual José Antonio Bruno, autor da CPI da Pedofilia na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. “Pedofilia é um assunto que assombra nossa sociedade e não escolhe cor, crença ou classe social. A faixa de idade em que crianças são molestadas

começa a partir de zero anos de idade”.

Conforme informou o deputado, o principal meio utilizado por pedófilos é a Internet. Nos últimos anos, a pedofilia na internet cresceu 149% no Estado. Para ele, o melhor é a profilaxia. “Os pais devem monitorar seus filhos, saber onde eles navegam na internet, com quem falam”.

Fundo Social

O advogado Gianpaulo Baptista ministrou, na sexta, palestra sobre a legalização jurídica do Fundo Social. Segundo ele, devido às inúmeras modernizações feitas na lei 10.064, de 27/03/1968, o Fundo Social tem, hoje, uma roupagem de secretaria de promoções.

Gianpaulo citou diversos problemas enfrentados pelos fundos sociais, afirmado que o mais acentuado é a falta de verbas. Outro fator que vem prejudicando os fundos sociais é a obrigatoriedade de estar inscrito no CNPJ.

O palestrante também destacou a importância de se parar com o assistencialismo, ou seja, de doar tudo pronto. “É preciso capacitar a população”, concluiu.

Pinga Fogo e Plenária agitam Congresso

Um dos momentos mais dinâmicos e democráticos do Congresso é o Pinga Fogo, tribuna livre para debates, onde os congressistas podem expor suas ideias, apoiar, censurar e fazer manifestos sobre qualquer assunto.

Além desta atividade, o Congresso oferece um importante espaço para os agentes públicos apresentarem suas teses, moções e proposições, reivindicando melhorias para os municípios. As plenárias abrem os dias de trabalho do Congresso, todas as manhãs, no auditório principal.

As propostas aprovadas compõem a Carta de Serra Negra, documento que é encaminhado para as autoridades competentes – Governos Estadual e Federal, Congresso Nacional, entre outros – para apreciação.

O município de Ibiúna, por exemplo, levou para a Plenária mais de 40 propostas. Outros municípios participantes foram: Santana de Parnaíba, Cesário

Lange, Lins, Boracéia, Anhembi, Piquete, São Roque, Lindóia, Indaiatuba, São João da Boa Vista, Capão Bonito, Parque Açu, Sorocaba, Riversul, Cerquilho, Bariri, Santa Rosa de Viterbo, Juquiá, Ibira, Amparo, Ilha Comprida, Aramina, Miracatu, Mogi Guaçu, Campos de Jordão, Batatais, Mogi das Cruzes e Amparo.

Os assuntos apresentados e aprovados foram os mais diversos, envolvendo desde recapeamento de vicinais e rodovias, recuperação e manutenção de estradas rurais e aquisição de maquinários até mudanças no Pacto Federativo, reposição de FPM, implantação de programas de reciclagem e construção de prédios para fóruns e escolas técnicas.

A Associação de Vereadoras do Estado de São Paulo e a Associação Paulista de Municípios tiveram aprovada a proposta de solicitação para implantação de um Programa Cultural anual, no Centro de Convenções “Círculo das Águas”, em Serra Negra, pela Secretaria Estadual da Cultura, inclusi-

ve com a criação de um festival chamado “Festival das Águas”.

Outra tese de destaque foi a do ex-vereador de Poá, Agenor Pereira, que propôs a criação de um programa de construção de Usinas Incineradoras de Lixo em áreas rurais de municípios interioranos, destinada à incineração do lixo das regiões metropolitanas. A tese foi defendida pelo diretor tesoureiro da APM, Carlos Cruz, em nome de Agenor, sendo aprovada pela maioria dos presentes na plenária.

Embora seja ex-vereador, nos últimos 25 anos Agenor sempre marcou presença no Congresso de Municípios, representando sua cidade, com apresentações de teses e participação ativa nos debates. Nesta última edição, Agenor não pôde comparecer por estar adoentado, mas mesmo assim fez questão de enviar o documento. A ausência de Agenor esse ano foi sentida e comentada por todos os que o conhecem.

(D.B.)

Seminário de Atualização em Administração Pública

O Seminário de Atualização em Administração Pública, comandado pelo advogado Antonio Sergio Baptista, coordenador do Conselho Técnico da APM, reuniu grande público.

Os congressistas puderam conferir, na quarta-feira, palestras sobre “Os marcos regulatórios do saneamento básico” (ministrada por Wladimir Ribeiro) e sobre Resíduos Sólidos (por Sergio Baptista e Carlos Vieira da Silva Filho).

Na quinta, a advogada Isabela Giglio Figueiredo, membro do Conselho Técnico da APM, abordou o tema “As organizações do Terceiro Setor sob a ótica do Tribunal de Contas do Estado de São

Paulo”. As advogadas Cristina Barbosa Rodrigues e Darci Fernandes Pimentel, membros do Conselho Técnico da APM, falaram, respectivamente, sobre Consórcios Públicos e PPP – Parceria Público Privada.

Cepam

Este ano, mais um auditório foi montado no Congresso para ampliar a grade de programação. O Auditório III – como foi chamado – ficou sob responsabilidade do Cepam (Coordenação Fundação Prefeito Faria Lima).

As palestras englobaram temas como inclusão digital, fortalecimento de redes sociais na Internet, conselhos gestores, a importância dos conselhos tutelares na políti-

ca de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e o Conselho Municipal do Meio Ambiente no fortalecimento da política municipal de Meio Ambiente.

Também entraram em pauta os temas: política estadual de fomento ao desenvolvimento econômico – arranjos produtivos locais – e o programa de Microcrédito Produtivo do Governo do Estado de São Paulo – Banco do Povo Paulista.

Além disso, o Congresso sediou a reunião do Codivap – Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Paraíba, Mantiqueira e Litoral Norte, presidido por Eduardo de Souza Cesar, prefeito de Ubatuba.

(D.B.)

“Vamos juntos levantar a nossa bandeira”



A solenidade de encerramento do 54º Congresso foi presidida por Marcos Monti, com a presença de Geraldo Alckmin, representando o governador José Serra; do prefeito de Serra Negra, Antonio Luigi Italo Franchi; do presidente da Câmara, João Paulo Corsetti; secretários de Estado, diversos deputados estaduais e federais, dentre outras autoridades.

Em nome da bancada estadual, o deputado Edmir Chedid fez o uso da palavra, destacando as benfeitorias feitas pelo governo atual e as parcerias com os municípios.

O deputado federal Milton Monti discursou representando a Câmara Federal, afirmando que o Congresso é sucesso total de público e de temas discutidos. “Quero cumprimentar o Marcos, com toda isenção, porque o Congresso está muito bem organizado e tem primado por trazer no debate assuntos do real interesse das prefeituras”.

Milton Monti comentou que, como ex-



prefeito e municipalista, tem ouvido muito a respeito do FPM e garantiu que todas as autoridades presentes no Congresso irão somar esforços para reivindicar ao presidente Lula que compense o FPM para os municípios.

O presidente da APM, Marcos Monti, agradeceu a colaboração e a participação dos envolvidos, salientando que todos con-

tribuíram para o sucesso do evento e para o fortalecimento da bandeira municipalista. Falou sobre a Carta de Serra Negra, citando seus principais pontos (saiba mais na próxima página). “Essa carta traz um resumo dos sentimentos dos municípios paulistas”.

Para finalizar, ressaltou que o movimento municipalista não é pontual, é contínuo, mas para isso é necessária a união de todos. “Vamos juntos levantar a nossa bandeira para fazer valer as nossas reivindicações. Até o 55º Congresso”. (D.B.)





Frases



“Estar aqui na Associação mais tradicional do município no país é também celebrar o que foi nosso exercício durante esses oito anos no governo do Lula, juntamente com a APM”.

Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais



“O movimento municipalista está atuante, mas precisamos cada vez mais da participação de todos para, juntos, melhorarmos a vida de nossos municípios”.

Marcos Monti, presidente da APM



“Nosso Tribunal é e deseja ser parceiro dos senhores. Nós não temos nenhuma pretensão punitiva. Somos primeiramente pedagógicos e orientadores”.

Fulvio Julião Biazzi, presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



“Esquece-se que esse país podia ser ainda muito melhor e será no dia em que os municípios forem mais respeitados”.

Deputado Barros Munhoz, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



“O Congresso Estadual de Municípios é um movimento que vem se propagando de longa data. A APM é uma potência. É uma retaguarda dos prefeitos de todo o estado de SP”.

Antonio Luigi Ítalo Franchi (Bimbo), prefeito da Estância Hidromineral de Serra Negra



“A luta em favor dos municípios é muito importante. Vamos vencer na medida em que o Brasil crescer e se tornar uma das maiores potências do mundo, com municípios fortes”.

Orestes Quércia, ex-Governador



“Não adianta fazer tanto investimento se não tiver o ingrediente básico da cooperação, da parceria, do diálogo com os municípios e do debate, que muitas vezes é necessário para encontrar as melhores soluções”.

Gesner de Oliveira, presidente da Sabesp

Expositores



Expositores



Galeria de Fotos

Destaques do Congresso



1



5



10



6



11



2



7



12



8



13



4



9



14

Especial - 54º Congresso Estadual de Municípios



Legenda das fotos

Foto 1 - Celso Giglio, ex- presidente da APM; Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais da Presidência da República; Marcos Monti e Geraldo Bittencourt, prefeito de Salto Grande;

Foto 2 - Carlos Cruz, tesoureiro geral da APM; Marcos Monti e Cornélio Marcondes, prefeito de Garça,

Foto 3 -Francisco Graziano, secretário de Estado do Meio Ambiente, com Marcos Monti;

Foto 4 - Marcos Monti; Sérgio Rossi, secretário-diretor geral do TCE; Sérgio Baptista, coordenador do Conselho Multidisciplinar da APM e a advogada.

Foto 5 - Dalva Christofoletti e Andrea Monti, coordenadora da Programação Especial;

Foto 6 - Cleonice Gomes, vereadora de Rincão; Marcos Monti; Therezinha Servidoni, prefeita Rincão; Rosalva Loretto, presidente da Câmara,

Foto 7 - Vick Nholla com os empresários chilenos

Alberto Pentzke Muñoz, Harald Paul Beck,

Magallanes Azocar e Ramón Solis;

Foto 8 - Anésio de Campos, diretor da UVESP;

Marcos Monti e Raul Cristiano, superintendente da SA-

BESP,

Foto 9 - Licínio Reis, membro do Conselho Multidisciplinar da APM; Marcos Monti e José Mauro Orlandini, prefeito de Bertioga;

Foto 10 - Valdemir Frederico, vereador de Birigui; Wlademir Zavanella, presidente da Câmara de Birigui; Marcos Monti, presidente da APM,

Foto 11 - Marcos Monti com Fabio Oliveira, ex-prefeito de Ibiúna;

Foto 12 - Marcos Monti com o vice-prefeito de Pedreira, Antonio Ganzaroli;

Foto 13 - Marcos Monti, presidente da APM, com os vereadores de Pardinho Waldemar Eglesio Júnior e Márcio Talamonte,

Foto 14 - Célia Leão, deputada estadual, com Flávio Callegari, ex-prefeito de Atibaia;

Foto 15 - Presidente da APM com Geraldo Alckmin;

Foto 16 - Francisco Rocha, prefeito de Pardinho, com o presidente da APM;

Foto 17 - Gesner Oliveira, presidente da Sabesp, com Marcos Monti;

Foto 18 - Kiko Danieletto, prefeito de Bocaina, com Marcos Monti;

Foto 19 -Edmir Chedid, deputado estadual; João Rubens, da Alltv; Marcos Monti e Cleber Centini, secretário de Turismo de Serra Negra;

Foto 20 - Secretário Geral da APM Aquavirque Antônio Nholla e empresários chilenos;

Foto 21 - Celso Giglio, ex- presidente da APM; Darcy Vera, prefeita de Ribeirão Preto; Fábio Biazzi, presidente do TCE; Barros Munhoz, presidente da Assembleia Legislativa e Marcos Monti;

Foto 22 -Marcos Monti; Laudo Natel, ex-governador, Sílvio Costa, ex-prefeito de Casa Branca; Luiz Brilha, membro do Conselho Multidisciplinar da APM;

Marilene Mariottini, presidente do Conselho Deliberativo da APM;

Foto 23 - Caroline Franceschi, presidente do Fundo Social de Jaú, com Zaira Franchi;

Foto 24- Witter Soffner, secretário de Cultura e Turismo de Dois Ribeirões, com Marcos Monti;

Especial - 54º Congresso Estadual de Municípios



Especial - 54º Congresso Estadual de Municípios



41



42



43



44



45



46



47



48



49

Foto 26 - Izaira Franchi, primeira-dama de Serra Negra; Dalva Christofeletti, Relações Públicas da APM; Gloria Giglio, ex-presidente do Fundo Social de Osasco; Andrea Monti, coordenadora da Programação Especial;

Foto 27 - Eduardo Fillietzaz, prefeito de Barra do Chápeu; Geraldo Alckmin, na ocasião secretário de Estado de Desenvolvimento; Antonio Franchi, prefeito de Serra Negra; Milton Monti, deputado federal e Marcos Monti, presidente da APM

Foto 28 - Luciano Semesato, prefeito de Caconde com Marcos Monti, presidente da APM;

Foto 29 - Capitão Camargo; Ten-Cel Spinelli; Capitão Salviatto, presidente da câmara de Brotas e Coronel Albuquerque,

Foto 30 - Rafa Zimbaldi, vereador de Campinas; Paulo Maluf, ex-governador, e Roberto Diacopulos, de Serra Negra;

Foto 31 - Andrea e Marcos Monti com dr. Augusto Cury;

Foto 32 - Cleonice Claro, vereadora de Rincão; Marcos Monti, Therezinha Servidão, prefeita de Rincão; Rosalva Loretto, presidente da Câmara de Rincão;

Foto 33 - Marcos Monti; Renato Amary, deputado federal;

Dalva Christofeletti;

Foto 34 - Marcos Monti com o prefeito Paulo Minozzi, de Timburi e a primeira-dama Leila Minozzi;

Foto 35 - Eliana Yamamoto, vereadora; Maria Mossim, primeira-dama; Antônio Mossim, prefeito de São Miguel Arcanjo; Antônio Machado, vereador e Marcos Monti;

Foto 36 - Maria do Carmo Piunti, ex-deputada estadual; Orestes Quêrcia, ex-governador; Antonieta Antonelo, congressista e Marcos Monti;

Foto 37 - Teresinha Pedrosa, ex-vereadora de São João da Boa Vista, com Luiza Albuquerque, palestrante;

Foto 38 - Flonsvaldo Dias, vereador de Santo Antônio do Aracanguá, com o presidente da APM;

Foto 39 - Marcos Monti e Demétrius Franchi, vereador de Serra Negra;

Foto 40 - Medina, jornalista do Vale do Paraíba; Sebastião Misiana, presidente da UVESP e Sérgio Baptista, coordenador do Conselho Técnico da APM;

Foto 41 - Marcos Monti com o presidente do TCE, Fábio Julião Biazzi;

Foto 42 - Marcos Monti; Gustavo Reis, prefeito de Jaguariúna; Antonio Franchi, prefeito de Serra Negra; João Paulo Ferrareso, presidente da Câmara de Serra Negra; Carlos de Aguiar, prefeito de Monte Alegre do Sul; Marisa Fontana, prefeita de Socorro;

Foto 43 - Presidente da APM com expositores;

Foto 44 - Sonia Palma, vereadora de Ibirá e Nivaldo Negrão (Biscoito) prefeito de Ibirá, com Marcos Monti;

Foto 45 - Milton Monti e Geraldo Alckmin;

Foto 46 - Erich Paul Chavez, Vick Nholla, Marcos Monti, Harald Paul Beck, Andrea Monti e Flávio Callegari;

Foto 47 - Júlio Cesar Salviato, expositor, Elcio Fiori de Godoy, ex-prefeito de Lindóia; Layre Colino Junior, congressista e Marcos Monti;

Foto 48 - Teresinha Pedrosa, ex-vereadora de São João da Boa Vista; Zaira Franchi, primeira-dama de Serra Negra; Andrea e Marcos Monti;

Foto 49 - Demétrius Franchi, vereador de Serra Negra; Felipe da Fonseca, vice-prefeito de Serra Negra; João Paulo Ferrareso, presidente da Câmara de Serra Negra; Marcos Monti, presidente da APM; Geraldo Alckmin, na ocasião secretário do Estado de Desenvolvimento; Antonio Franchi, prefeito de Serra Negra; José Luiz Rodrigues (Zé Louquinho); Vick Nholla, secretário geral da APM; Itamar Borges, ex-prefeito de Santa Fé do Sul.

Patrocinadores



Editora Aymara
Site: www.aymara.com.br



Banco do Brasil
Site: www.bb.com.br



Caixa
Site: www.caixa.gov.br



CPFL Energia
Site: www.cpfl.com.br



OI
Site: www.oi.com.br



PETROBRAS

Petrobras
Site: www.petrobras.com.br

Apoio



Governo Federal
www.brasil.gov.br



GOVERNO MUNICIPAL
SERRA NEGRA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL
Secretaria de Turismo e
Desenvolvimento Econômico



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
CADA VEZ MELHOR



Associação de Hotéis de Serra Negra
www.ashores.com.br



FIESP
www.fiesp.com.br

Apoio Institucional



Sabesp
www.sabesp.com.br



Prodesp
www.prodesp.sp.gov.br



Imprensa Oficial
www.imprensaoficial.com.br



Dersa
www.dersa.sp.gov.br



CDHU
www.habitacao.sp.gov.br



Secretaria do Meio Ambiente
www.ambiente.sp.gov.br



Secretaria dos Direitos da Pessoa
com Deficiência
www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br



CETESB
www.cetesb.sp.gov.br



54º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS **22 A 26 DE MARÇO DE 2010 - CENTRO DE** **CONVENÇÕES CIRCUITO DAS ÁGUAS**

Carta de Serra Negra

Na sempre bela e agradável Estância Turística de SERRA NEGRA, no período de 22 a 26 de março de 2010, realizou-se o 54º Congresso Estadual de Municípios, organizado pela ASSOCIAÇÃO PAULISTADO MUNICÍPIOS, entidade maior do municipalismo paulista, contando com o significativo e inestimável apoio dos Poderes Legislativo e Executivo municipais, da UNIÃO DE VEREADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, tanto quanto de todos os municipalistas que participaram das

atividades desenvolvidas no Centro de Convenções os quais, reunidos na Sessão solene de encerramento, comandada pelo Presidente da Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, aprovaram esta CARTA, que engloba todos os debates, discussões, síntese dos painéis temáticos, bem como as propostas aprovadas nas sessões plenárias.

MUNICÍPIO FORTE – BANDEIRA PAULISTA foi o tema nuclear dos debates que agitaram o evento. MUNICÍPIO FORTE, ideal que somente pode ser alcançado pela

união de todos os municípios brasileiros, em torno de objetivos comuns, em destaque, a regulamentação da Emenda Constitucional 29; a compensação financeira das despesas dos Municípios em face de serviços prestados por conta dos demais entes federativos; o apoio a proposta de distribuição dos “royalties” do pré-sal, apresentada pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM e a reforma de nossa Constituição para que se estabeleça um NOVO PACTO FEDERATIVO.



A regulamentação da Emenda Constitucional 29, a denominada emenda da saúde, vem se arrastando no Congresso Nacional desde 2001. O projeto de lei complementar que trata da matéria já foi aprovado na Câmara dos Deputados e encontra-se aguardando apreciação e votação no Senado Federal. A importância e urgência de sua aprovação, sem qualquer alteração, é vital para os municípios brasileiros que gastam na saúde, em média, 22% das suas receitas e, portanto, sete pontos percentuais acima do mínimo exigido pela Constituição Federal, muito porque o Governo Federal, pela ausência de norma legal impositiva, não aporta recursos financeiros suficientes para o equilíbrio das contas.

Por outro lado, é preciso estancar a verdadeira sangria dos cofres municipais que, ao longo de décadas, vêm sustentando programas, ações e serviços de competência dos Estados e da União, sem qualquer compensação financeira. A conta é alta. Dados de 2004 apontam para o significativo valor de R\$ 9,77 bilhões, sendo que o sacrifício maior é

suportado pelos municípios de menos de 10.000 habitantes, ou seja, a imensa maioria das comunas brasileiras. É preciso dar um basta neste absurdo! É preciso aprovar, com urgência, normas legais obrigando os governos federais e estaduais a compensar tais despesas.

A proposta de distribuição dos "royalties" do pré-sal apresentada pela Confederação Nacional de Municípios é, sem dúvida, aquela que melhor atende aos anseios de todos os 5.564 municípios brasileiros. Trata-se de proposta equilibrada, que estabelece critérios de compensação para que todos os Estados e Municípios recebam sua parcela de participação nas receitas oriundas da extração do petróleo. A bandeira do pré-sal é a bandeira nacional do Município forte!

Todos os tributos, absolutamente todos, são arrecadados no território dos municípios. "Toda a riqueza nacional é gerada nos Municípios.", afirma o Manifesto à Nação Brasileira – OS MUNICÍPIOS E O PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO, que tem como signatários o Prefeito de Lins, Waldemar Sandoli Casadei; o Presidente da União

de Vereadores do Estado de São Paulo, Sebastião Misiara e Marcos Monti, Presidente da Associação Paulista de Municípios. Proposta que foi aprovada neste 54º Congresso, na Sessão Plenária de 26 de março de 2010 e que fica incorporada à Carta de Serra Negra. É preciso mudar o artigo 23 da Constituição da República!

É fundamental que se discipline, diretamente no texto da lei maior, as competências de cada ente federativo, assegurando-se, concomitantemente, os recursos suficientes para exercitá-las. É preciso repensar a repartição das riquezas nacionais! É preciso mudar a atual realidade vivida pelos municípios brasileiros que, como diz o citado manifesto "é perversa e intolerável".

BANDEIRA PAULISTA: MUNICÍPIO FORTE há de se transformar em BANDEIRA NACIONAL: MUNICÍPIO FORTE!

Serra Negra, 26 de março de 2010.


MARcos MONTI
Presidente da APM

POLÍTICA PÚBLICA DE RECURSOS HÍDRICOS PAULISTA: APOIO TECNOLÓGICO DO IPT PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO

A Estruturação do Sistema de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo

Por: Geólogo José Luiz Albuquerque (albuzelu@ipt.br) e
Engº Civil Marina Costa Barbosa (marinac@ipt.br) - pesquisadores do IPT

Na Constituição Federal Brasileira de 1988 foram dedicados capítulos que refletem grande preocupação com o meio ambiente, em particular com os recursos hídricos; até por decorrência, a Constituição Paulista de 1989 refletiu e potencializou tais preocupações.

Ainda no ano de 1991, o Estado de São Paulo institui a sua "Política Estadual de Recursos Hídricos" por intermédio da Lei 7663; isso representou um avanço e pioneirismo, posto que a Lei das Águas Federal somente foi instituída no ano de 1997 (Lei 9433).

Como exemplos de avanços, os quais se mencionou anteriormente, podem ser citados a descentralização do gerenciamento dos recursos hídricos; a regionalização da gestão das águas; a adoção da bacia hidrográfica como unidade de gestão; a gestão participativa e tripartite (Estado, Municípios e Sociedade Civil); o gerenciamento integrado das águas superficiais com as águas subterrâneas, e da qualidade com a quantidade dos recursos hídricos; dentre outros aspectos.

Em cada região hídrica ou Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRH) foi estabelecido um Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), colegiado gestor e soberano para implementação da Política das Águas Paulista. No Estado tem-se 21 Comitês coordenados pelo CRH

(Conselho Estadual de Recursos Hídricos).

Os CBHs e o CRH são compostos, sempre de maneira tripartite, por representantes dos municípios (Prefeitos, p. ex.), Estado (Secretarias ou Órgãos do Estado) e da Sociedade Civil Organizada (ONGs, p.ex.), mas as suas reuniões, eventos, etc, são sempre abertos à participação da comunidade em geral. Porém, as decisões são sempre resultantes de votações plenárias e delas somente participam os membros eleitos dos três segmentos.

Para dar suporte financeiro ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) do Estado de São Paulo e todas as ações de melhoria quali-quantitativa da situação dos recursos hídricos, foi instituído o fundo financeiro denominado de FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), cujos recursos anuais atualmente totalizam cerca de 55 milhões de reais que são aplicados nas 22 UGRHIs por deliberação dos CBHs do Estado e, também, em ações regionais indicadas pelo CRH. Existe expectativa otimista de significativo aumento nesses recursos a partir da institucionalização da cobrança pelo uso da água a partir do corrente ano (as estimativas de aporte de recursos atingem cifras de até 300 milhões anuais).

A aplicação dos recursos financeiros do FEHIDRO é efetuada por meio de Instituições, Organizações, Secretarias, Prefeitu-

ras, dentre outros, a partir da submissão de projetos e estudos ou obras aos colegiados gestores regionais ou estadual e aprovação em plenário, considerando-se os critérios estabelecidos pelo FEHIDRO, notadamente quanto ao atendimento a pré-requisitos e Linhas Temáticas e Programas de Duração Continuada, estabelecidos pela política de recursos hídricos e seu principal instrumento de gestão: o Plano de Recursos Hídricos. Esse Plano em nível regional é denominado de "Plano de Bacia Hidrográfica" e em nível do Estado, "Plano Estadual de Recursos Hídricos".

O acompanhamento técnico dos projetos do FEHIDRO é efetuado por instituições públicas, nomeadas pelo Governador. Atualmente são onze Agentes Técnicos, coordenados pela SECOFEHIDRO (Secretaria Executiva do Conselho de Orientação do Fehidro). Ao Agente Financeiro, Banco Nossa Caixa, compete a administração financeira.

O IPT como Apoio Tecnológico ao Sistema de Recursos Hídricos Paulista

O IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas - como órgão público participa da implementação da Política das Águas Paulistas de três formas: atuando como entidade de apoio com o conhecimento, o desen-



volvimento e a aplicação de tecnologias; como representante do Segmento Estado; e como Agente Técnico.

Assim, o IPT contando com a sua multidisciplinaridade de atuação e experiência interdisciplinar tem desenvolvido inúmeros trabalhos conveniados com os Comitês: diagnóstico da situação dos recursos hídricos; Planos de Bacias Hidrográficas; orientações para o combate à erosão e assoreamento dos corpos d'água; subsídios para a implantação à cobrança pelo uso das águas nas bacias hidrográficas; tecnologias em Sistemas de Informação para Gerenciamento de Recursos Hídricos; Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental de Mananciais; Diagnóstico de contaminação de corpos d'água; métodos para construção de indicadores ambientais de recursos hídricos; dentre outros.

Para tal, mobiliza os Laboratórios e Seções do Centro de Tecnologias Ambientais e Energéticas; Centro Tecnológico do Ambiente Construído, Centro de Tecnologia de Recursos Florestais, Centro de Tecnologia da Informação, Automação e Mobilidade, dentre outros, além de consubstanciar parcerias com Universidades Públicas e Privadas, Fundações, Cooperativas de Pesquisa e Consultores Autônomos, constituindo equipes que alcançam, 50 profissionais.

Uma segunda forma de atuação como braço tecnológico é na composição do Segmento Estado dos Colegiados Gestores e na participação das suas Câmaras Técnicas. Nesse sentido, o IPT participa do Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande (Região de Franca), Comitê das Bacias Hidrográficas do Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Região de Piracicaba) e Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (Região Metropolitana de São Paulo), além da participação no Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A terceira forma de colaboração tecnológica para a implementação da política pública de recursos hídricos diz respeito a atuação como Agente Técnico que analisa, orienta, aprova e acompanha os projetos

de financiamento com recursos financeiros do FEHIDRO e de acordo com o campo tecnológico de desenvolvimento demandado pelo estudo ou obra de recursos hídricos.

Atualmente o Sistema conta com 11 Agentes Técnicos nomeados em Lei pelo Governador do Estado, quais sejam, a Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA), a Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA), o Instituto de Botânica (IBt), o Instituto Florestal (IF), o Instituto Geológico (IG), a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF), a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), todos vinculados à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA); a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), entidade vinculada à Secretaria de Saneamento e Energia; e o Instituto de

Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) vinculado à Secretaria de Desenvolvimento.

O IPT tem em sua carteira FEHIDRO atualmente cerca de 150 projetos que totalizam R\$39 milhões de investimentos nas mais diferentes regiões do Estado e mobiliza aproximadamente 15 pesquisadores nesse processo.

O Estado de São Paulo já caminha para os 20 anos de política das águas. A retrospectiva é extremamente positiva, com significativos avanços na melhoria das condições ambientais e dos seus recursos hídricos e, sobretudo, pelo fato de que resultou de um processo regionalizado, democrático e participativo.

E nele, sem sombra de dúvida merece destaque pela importância em si a contribuição com o conhecimento e a informação das suas entidades de pesquisa e tecnologia.



TRIBUNAL DE CONTAS DÁ SEQUÊNCIA AO SEU PAPEL PEDAGÓGICO

32 encontros serão realizados em 2010

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo iniciou no último dia 16 de abril, com eventos simultâneos nas cidades de Paraibuna e Penápolis, o Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais 2010. Serão 32 reuniões ao longo do ano, com término no dia 19 de novembro, em Pederneiras, na região de Bauru.

Os demais municípios escolhidos para sediar os encontros são: Santa Albertina, Itatiba, São Roque, Presidente Venceslau, São Paulo, Chavantes, São Carlos, Águas de Santa Bárbara, Rio das Pedras, Luiz Antônio, Severinia, Pindamonhangaba, Murutinga do Sul, Itapeva, Orlândia, Valparaíso, Macedônia, Mogi das Cruzes, Guareí, Paraguaçu Paulista, Registro, Jaguariúna, Orindiúva, Bertioga, Taquaritinga, Pitangueiras, Adamantina, São Sebastião da Gramta e Silveiras.

Esses eventos, que reafirmam o papel orientador e pedagógico que o Tribunal assumiu há mais de dez anos, vêm atraindo grande número de servidores e técnicos municipais, como se verificou no ano passado, onde quase 5.000 pessoas participaram das 30 reuniões realizadas, contando, porém, com a presença de apenas 200 prefeitos.

Neste ano iniciamos bem nossa programação, quando em Paraibuna de 10 Prefeitos convidados, 8 estavam presentes.

A programação aborda os temas aplicação de recursos no ensino, execução orçamentária e precatórios, escolhidos em função de terem sido responsáveis pela desaprovação de um elevado número de contas de Prefeitura (referentes ao exercício de 2007), atingindo a marca de quase

cinquenta por cento.

A ocasião é oportuna, também, para prefeitos, presidentes de câmaras e demais agentes públicos esclarecerem outros pontos de interesse para a correta prestação de contas a que estão sujeitos.

As palestras são ministradas por técnicos das diretorias de fiscalização e unidades regionais responsáveis por sua orga-

nização, os quais foram capacitados pela Escola de Contas Públicas.

O calendário do ciclo foi publicado no Diário Oficial do Estado e está disponível no site www.tce.sp.gov.br. A participação é gratuita, não depende de inscrição prévia e é a inquestionável boa colaboração que este Tribunal oferece aos seus jurisdicionados.



Alexandre Teixeira Carsola – Diretor Técnico do Departamento de Supervisão da Fiscalização II do TCESP



A situação falimentar dos municípios

Por Vitor Sapienza*

Em minhas andanças pelo nosso interior, tenho notado e recebido muitas queixas de prefeitos, vereadores e cidadãos sobre a situação de extrema dificuldade financeira por que passam os municípios. Os recursos que entram nos cofres das prefeituras são insuficientes para fazer frente aos compromissos de competência municipal. Os municípios têm recebido mais incumbência, como em relação ao ensino fundamental e à saúde, mas não recebem a contrapartida para prestar um bom serviço.

A reforma administrativa é que trouxe essa transferência de competência aos municípios no que diz respeito a saúde e a educação. Se isso é correto do ponto de vista administrativo e também sob a ótica de que o município está mais próximo do cidadão, haveria a necessidade de contemplar as prefeituras com mais recursos. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e outras receitas, tais como repasse do ICMS, arrecadação do IPTU e do ISS, não possibilitam a prestação de serviço de qualidade.

Outras receitas da União, obviamente também arrecadadas nos municípios, tais como as contribuições não entram no bolo

a ser repartido entre esses entes da federação. Ademais, o Governo Federal tem concedido uma série de desonerações de impostos, sejam permanentes ou provisórios, para enfrentar crises financeiras globais ou para dar competitividade aos produtos brasileiros. Ao conceder essas isenções, porém, a União acaba suprimindo uma parte de recursos que seriam carreados aos municípios e aos estados. E algumas compensações não chegam no mesmo volume da "renúncia fiscal" que atingem as prefeituras e os estados.

Recentemente, neste mês de maio, foi realizada a XIII Marcha dos Prefeitos a Brasília que apresentaram uma série de reivindicações ao Governo Federal. Uma delas é a participação dos municípios na partilha dos recursos que terão origem na exploração de petróleo da camada pré-sal, que viria amenizar a situação falimentar da grande maioria dos municípios brasileiros. Mas o petróleo advindo do pré-sal lembra e muito a fábula da cenoura e do burro.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, ao discursar no encerramento do encontro, mencionou a instabilidade nos repasses do FPM e

fez um apelo: "Precisamos de um novo auxílio financeiro para fechar as contas. Como vamos suportar o impacto do novo piso dos agentes de saúde se for aprovado?". Ele lembrou a falta de regulamentação da emenda 29 – que trata principalmente da aplicação mínima de recursos em educação e saúde – e advertiu que "os municípios estão sangrando seus orçamentos para sustentar a saúde no Brasil".

A continuar esse quadro de dificuldades e a falta de soluções que dê mais fôlego financeiro aos municípios, num futuro próximo o Governo Federal e os governos estaduais terão pela frente um monumental problema, qual seja administrar prefeituras falidas. Portanto, é preciso uma discussão aprofundada sobre o tema e a busca de iniciativas imediatas para não termos que correr atrás dos prejuízos. A situação é idêntica a matriz que está em boa situação financeira, porém, tem uma quantidade de filiais em situação pré-falimentar.

*Vitor Sapienza é economista, agente fiscal de renda aposentado e deputado estadual (PPS-SP).



Municípios Aniversariantes

Junho



Porangaba
4 de junho



Americana
13 de junho



Martinópolis
13 de junho



Santo Antonio de Posse
13 de junho



Pradópolis
13 de junho



Quatá
13 de junho



Ribeirão Preto
19 de junho



Cedral
21 de junho



Nhandeara
24 de junho

Municípios Aniversariantes

Junho



Cordeirópolis
13 de junho



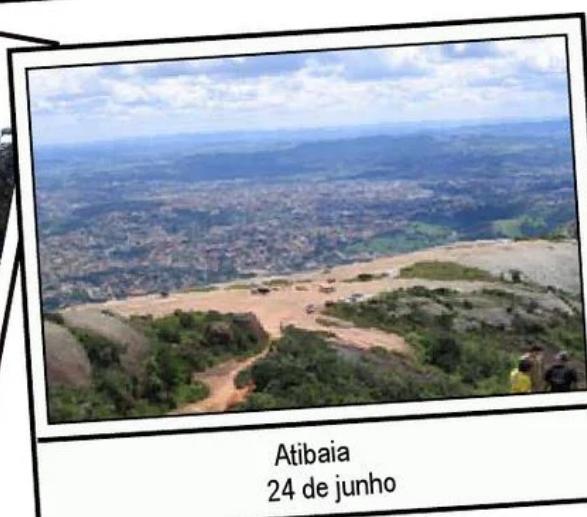
Paraibuna
13 de junho



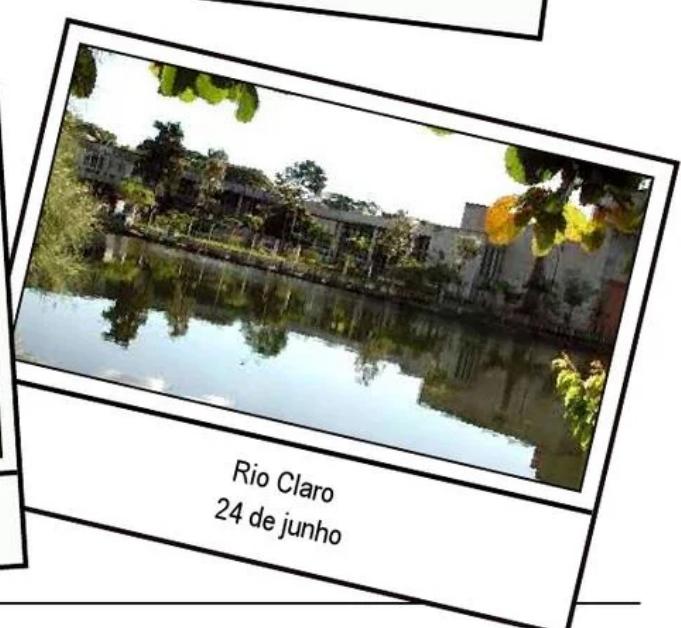
Piracaia
16 de junho



São Manuel
17 de junho



Atibaia
24 de junho



Rio Claro
24 de junho

Municípios Aniversariantes



Lucélia
24 de junho



Morungaba
29 de junho



Monte Azul Paulista
29 de junho

JUNHO

Coroados	06	Urânia	13	Joanópolis	24
Osvaldo Cruz	06	Uru	13	José Bonifácio	24
Arujá	08	Suzanápolis	13	Mirandópolis	24
Marinópolis	12	Piquete	15	Populina	24
Adamantina	13	Bariri	16	Santa Fé do Sul	24
Itai	13	Salto	16	São João da Boa Vista	24
Guaratinguetá	13	Bastos	18	São João das Duas Pontes	24
Itirapina	13	Analândia	21	São João de Iracema	24
Junqueirópolis	13	Iaci	21	Salto de Pirapora	24
Macatuba	13	Jacupiranga	23	Santa Albertina	24
Mirassolândia	13	Alto Alegre	24	São João do Pau D' Alho	24
Ocauçu	13	Américo de Campos	24	Lavrinhás	27
Rancharia	13	Balbinos	24	Regente Feijó	28
Santo Antonio da Alegria	13	Clementina	24	Lucianópolis	29
Santo Antonio do Aracanguá	13	Gastão Vidigal	24	Paulicéia	29
Santo Antonio do Pinhal	13	Ibaté	24	Nova Canaã Paulista	29
Taiúva	13	Iepê	24	Ubarana	29

Conheça os vencedores do Prêmio Prefeito Empreendedor

São Sebastião da Gramma, São José dos Campos e São José do Rio Preto foram os três primeiros colocados

Por Assessoria de Imprensa SEBRAE

Entre mais de 700 projetos de todo País, os prefeitos de Itapetininga, Roberto Ramalho Tavares; de São Caetano do Sul, José Auricchio Júnior e de São José

nome de todos os prefeitos premiados nacionalmente. “O brasileiro traz o empreendedorismo na veia e o Sebrae tem ajudado os empreendedores a realizarem seus so-

zação. “É um prêmio histórico para nossa cidade que valoriza as políticas públicas em favor do empreendedorismo”, afirmou Auricchio.



Prefeito Empreendedor Vencedor da categoria Educação-Empreendedora e Inovação - Prefeito Roberto Tavares



Prefeito Empreendedor Vencedor da categoria Desburocratização - Prefeito José A. Júnior



Prefeito Empreendedor Vencedor da categoria Médios e Grandes Municípios - Prefeito Eduardo Cury

dos Campos, Eduardo Cury, tiveram suas políticas públicas em favor dos pequenos negócios reconhecidas nacionalmente pelo prêmio Prefeito Empreendedor. Eles venceram, respectivamente, os destaques temáticos de Educação Empreendedora e Inovação, Desburocratização e Mídios e Grandes Municípios.

A cerimônia de entrega dos prêmios ocorreu na noite do dia 19 de maio, em Brasília, durante a XIII Marcha em Defesa dos Municípios.

O prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury, fez pronunciamento em

nhos”.

Cury, que foi o campeão da região Sudeste na edição passada do prêmio, recebeu o destaque para Mídios e Grandes Municípios pela melhoria contínua e inovadora de programas de disseminação da cultura empreendedora e da articulação em favor dos pequenos negócios.

Agilidade e qualidade na prestação de serviços públicos do Atende Fácil e as iniciativas pioneiras para facilitar o registro de empresas conferiram ao prefeito de São Caetano do Sul, José Auricchio Júnior, o destaque nacional no tema Desburocrati-

As inovações no ambiente escolar e o polo de educação à distância deram destaque nacional ao prefeito de Itapetininga, Roberto Ramalho Tavares, no tema educação empreendedora e inovação. “É a educação que vai transformar as comunidades. Compartilho o prêmio com todos que acreditam na educação como caminho para fazermos um grande Brasil”, salientou Tavares.

Os vencedores nacionais receberam troféus, certificados e uma viagem internacional para conhecer experiências de sucesso relativas ao incentivo aos micro e pequenos negócios de destaque.

São Sebastião da Gramma vence etapa estadual

Com um conjunto de ações estruturantes para o desenvolvimento sustentável da cultura empreendedora e apoio aos pequenos negócios, o prefeito Emilio Bizon Neto, de São Sebastião da Gramma, conquistou o primeiro lugar na etapa estadual paulista do Prêmio Prefeito Empreendedor.

A cerimônia ocorreu na capital paulista no dia 18 de março e contou com a presença de mais de duas mil pessoas. Emoção e muita torcida marcaram a escolha dos vencedores entre 70 prefeitos que receberam o selo Prefeito Empreendedor.

Entre as ações, o prefeito vencedor implantou a disciplina do empreendedorismo na rede fundamental de ensino e trouxe capacitação profissional para pessoas que estavam fora do mercado de trabalho; regulamentou a lei das micro e pequenas empresas no município para apoiar os pequenos negócios, unificando serviços de orientação e atendimento ao empreendedor. Com parcerias locais - representativas do comércio e da cafeicultura - estruturou duas incubadoras de empresas, uma voltada ao agro-negócio e outra à tecnologia.

Para o prefeito, o melhor indicativo dos resultados de apoio aos empreendedores está no orçamento da cidade, que passou de R\$ 10 milhões, em 2005, para R\$ 18 milhões quatro anos depois. A formalização de empresas no município cresceu 35%, média de 6% ao ano, no período de 2004 a 2008.

O prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury, foi o segundo colocado, pela melhoria contínua e inovadora de programas de disseminação da cultura empreendedora e da articulação em favor dos pequenos negócios.



Prefeito Empreendedor de São Sebastião da Gramma recebendo o Prêmio

O prefeito de São José do Rio Preto, Valdomiro Lopes da Silva, ficou em terceiro lugar, pela utilização de recursos da informática na administração pública, foram, respectivamente, o segundo e terceiro colocados. O prefeito de São José também recebeu o destaque na categoria médios e grandes municípios.

Entre os finalistas da classificação geral estavam os prefeitos das cidades de Osasco, Ribeirão Preto, São Caetano do Sul, Taboão da Serra e Votuporanga. Na categoria médios e grandes municípios, Marília, Osasco, Ribeirão Preto, São Caetano do Sul e Taboão da Serra.

Destaques

Além dos três primeiros colocados, também foram premiados prefeitos com ações

de destaque. Confira:

*Desburocratização - prefeito de São Caetano, José Auricchio Júnior, pela agilidade e qualidade na prestação de serviços públicos. Osasco, Santo André e São José do Rio Preto foram finalistas na categoria.

*Compras Governamentais – prefeito de Santa Adélia, Marcelo Hercolin, pela prioridade do comércio local em todas as compras e contratos da Prefeitura: em 2009, o programa movimentou mais de 17% de todos os gastos da prefeitura. O município de Capivari foi outro finalista nesta categoria.

*Lei Geral – prefeito de Lins, Waldemar Casadei, pela regulamentação municipal da Lei das Micro e Pequenas Empresas e a criação de fundos de desenvolvimento como ferramenta de integração da sociedade produtiva e de organização do ambien-

Prefeito Empreendedor

te legal favorável aos pequenos negócios. São Sebastião da Gramma e Santa Adélia também foram finalistas nesta categoria.

*MEI - prefeito de Franca, Sidnei Franco da Rocha, pelas ações de sensibilização e capacitação para a formalização empresarial de microempreendedores individuais. Itapetininga e São Caetano também foram finalistas nesta categoria.

*Educação Empreendedora - prefeito de Itapetininga, Roberto Ramalho Tavares, pelas inovações no ambiente escolar e o pólo de educação à distância. São José dos Campos, São Sebastião da Gramma e Votuporanga foram finalistas da categoria.

*Formalização - prefeito do Osasco, Emídio Pereira de Souza, pela criação de espaços e mecanismos facilitadores da formalização de empreendedores. Franca e Osasco foram finalistas nesta categoria.



Relação dos 70 municípios que receberão o selo Prefeito Empreendedor 2009-2010

Arujá	Mogi das Cruzes
Atibaia	Novo Horizonte
Batatais	Osasco
Bauru	Osvaldo Cruz
Boituva	Palmital
Caconde	Peruíbe
Cajamar	Piracicaba
Capivari	Pirassununga
Caraguatatuba	Porto Feliz
Catanduva	Presidente Prudente
Colina	Ribeirão Preto
Dois Córregos	Rio Claro
Embu	Rio Grande da Serra
Franca	Santa Adélia
Franco da Rocha	Santa Cruz do Rio Pardo
Guapiaçu	Santa Fé do Sul
Guarulhos	Santa Isabel
Hortolândia	Santa Rosa do Viterbo
Ibirá	Santos
Indaiatuba	Santo André
Itapecerica da Serra	Santos, São Caetano do Sul
Itapetininga	São José do Rio Preto
Itapeva	São José dos Campos
Itaquaquecetuba	São Miguel Arcanjo
Itatiba	São Roque
Itu	São Sebastião da Gramma
Ituverava	Serrana
Jaboticabal	Sertãozinho
Jundiaí	Sorocaba
Junqueirópolis	Sumaré
Lençóis Paulista	Taboão da Serra
Limeira	Tanabi
Lins	Tarumã
Macatuba	Tatuí
Marília	Votuporanga

Pré-Colta: a base para os trabalhos do Censo 2010

No decorrer desse ano a população brasileira será recenseada pela 12ª vez em sua história e teremos um grande retrato em extensão e profundidade da nossa população. O recenseamento iniciará em agosto e para isso o território está sendo preparado pelos profissionais do IBGE. Cerca de 25 mil supervisores de todo o Brasil estão engajados em uma tarefa de suma importância para a qualidade o censo: a Pré-Coleta - primeira operação de campo do Censo Demográfico 2010.

É a primeira vez que o IBGE realiza a Pré-Coleta em níveis nacionais, visando uma preparação mais precisa para a realização da coleta de dados. O objetivo é diminuir a omissão ou inclusão indevida de domicílios e falhas na enumeração de pessoas. Os dados coletados, junto com as informações do Censo, ampliarão o panorama das condições de moradia no Brasil.

A missão dos supervisores é fazer a listagem dos endereços das unidades residenciais e não-residenciais, e a coleta de características das ruas. As listagens serão associadas aos mapas de trabalho, o que permitirá aos recenseadores conhecer os setores que terão de visitar.

Nas operações censitárias anteriores, até o ano de 2000, o recenseador ia construindo a lista de endereços simultaneamente com as entrevistas. Na Contagem de População de 2007 essa etapa já foi introduzida, mas em apenas alguns pontos do país, pois a falta de tempo impossibilitou fazer em todos os setores do Brasil.

Como mais uma etapa de planejamento

do Censo 2010 a Pré-Coleta foi inserida. Dessa forma, os supervisores foram contratados com razoável antecedência, em 15 de março, 5 meses antes do início da coleta. Os dados coletados nessa etapa são apenas de áreas urbanizadas, pois o IBGE está construindo o Cadastro Nacional de Endereços Para Fins Estatísticos – CNEFE, tornando necessário a existência de uma estrutura urbana mínima. Assim sendo, os únicos dados coletados nas áreas rurais são coordenadas de alguns pontos específicos do território.

Além de facilitar o trabalho do recenseador na coleta dos dados, a Pré-Coleta será um teste para o sistema de transmissão de dados pois as informações obtidas nessa etapa farão o mesmo caminho que os questionários respondidos do Censo: os dados armazenados no PDA (computador de mão) serão levados a postos de coleta, que irão transmitir esses dados até os pólos regionais (BA, MG, RS, SP).

O foco do Censo Demográfico é fundamentalmente levantar informações detalhadas sobre os domicílios e seus moradores, no entanto, em 2010, o IBGE irá aprofundar a pesquisa ao levantar informações provenientes de um outro nível de observação: as características do entorno do domicílio em relação à estrutura urbana – iluminação pública, esgotamento sanitário, calçamento de ruas, entre outros elementos.

Em 2000 apenas três dados eram levantados em relação ao entorno (existência de iluminação pública, nome do logradouro, e pavimentação na rua do domicílio), mas

essas informações também eram atualizadas na coleta pelos recenseadores. Ao vincular a caracterização das faces de quadra à Pré-Coleta, o questionário foi ampliado e terá 10 itens que se referem à: identificação do logradouro, iluminação pública, pavimentação, arborização, bueiro, depósito de lixo, esgoto a céu aberto, guia, calçada e rampa para cadeirante. Esses dados serão agregados à informações da coleta e proporcionarão um panorama mais claro das condições de moradia do Brasil.

A Pré-Coleta também levantará dados de aglomerados subnormais. Essas aglomerações de domicílios se diferenciam muito entre si mas, em geral, possuem algum tipo de irregularidade fundiária e ausência de infra-estrutura urbana básica. São as favelas, palafitas, invasões, grotas e outras áreas em que as informações do entorno são de vital importância para subsidiar políticas públicas. O planejamento da Pré-Coleta se baseou em dados da pesquisa de Levantamento e Informações Territoriais (LIT) para determinar quais aglomerados serão analisados nessa etapa.

Em meio a esse processo, para que todos se sintam seguros, o agente do IBGE estará devidamente identificado com um crachá de identificação. Caso necessário, o nome e o número de matrícula que constam no crachá podem ser confirmados através de ligação gratuita para o telefone 0800 721 8181. A Pré-Coleta será realizada apenas em áreas urbanizadas, excluindo-se áreas rurais, pois o IBGE está construindo um Cadastro Nacional de Endereços Para Fins Estatísticos - CNEFE.







CONSTITUIÇÃO OU COLCHA DE RETALHOS

Pisos Salariais para os Profissionais do Magistério e Agentes Comunitários de Saúde

Por Sergio Antonio Baptista*

A Constituição Federal, promulgada há pouco mais de 20 anos, mais precisamente no dia 5 de outubro de 1988, está sendo gradativamente transformada numa verdadeira “colcha de retalhos”. Até o presente momento já foi remendada 70 vezes, sendo 64 emendas congressuais e 6 resultantes da fracassada revisão de 1993 que, aliás, era a única prevista no texto original.

Mas, não pretendo falar, aqui e agora, de todas as emendas já promulgadas pelo Congresso Nacional, porque desejo centrar meus argumentos em duas delas: a 53, promulgada em dezembro de 2006 e a 63 de

recentíssima edição (DIA 4 ÚLTIMO).

A Emenda Constitucional 53 foi editada com a finalidade de alterar diversos artigos da Constituição Federal e, em especial, o artigo 60 do Ato das Disposições Transitórias, transformando o antigo FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental em FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico. Dentre todas as alterações e inovações introduzidas no ordenamento constitucional por esta emenda, pretendo fixar-me naquela que impôs “prazo para fixar, em lei específica, piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; (ADCT, artigo

60, III, “d”), aliás já fixado através da edição da Lei nº 11.738/2008.

Por sua vez, a Emenda Constitucional 63, acrescentou no artigo 198 o parágrafo 5º com a seguinte redação: “Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.

É um absurdo, trata-se de verdadeira excrescência. Nada contra os honrados e laboriosos profissionais do magistério público; nada contra os esforçados e dedicados agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, mas a realidade é que o Congresso Nacional está transformando a Lei Suprema do Brasil, a Constituição da República, em verdadeira colcha de retalhos, em verdadeiro repositório de normas demagógicas e eleitoreiras.

Pelo andar da carruagem, em pouco tempo, em bem pouco tempo, outras categorias profissionais, advogados, engenheiros, médicos, economistas, bancários, comerciários, industriários e, porque não, trabalhadores rurais e domésticos, estarão reivindicando de nossos deputados e senadores a aprovação de emendas constitucionais para estabelecer medidas de igual teor. Será o caos constitucionalizado!

Além disso, é preciso lembrar que tais comandos constitucionais, quando disciplinados, através de legislação específica, como já aconteceu com o piso salarial dos profissionais do magistério, acabam por gerar significativo acréscimo da despesa pública, sem a contrapartida de receitas,

restando ignorado salutar princípio introduzido na administração pública através da lei de responsabilidade fiscal: "o equilíbrio das contas públicas" (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, artigo 1º).

Equilíbrio que, a toda evidência, somente pode ser alcançado se atendidos os pressupostos albergados nos artigos 15 a 17 da mesma lei e, em especial, a demonstração



efetiva da origem dos recursos financeiros para fazer face às novas despesas.

Ora, como é sabido, de nada adianta prever a assistência financeira da União,

como o fez agora o legislador constituinte, tal como aconteceu com a Emenda Constitucional 29, de 2000, em vigor a quase dez anos e até hoje não regulamentada, exatamente no ponto em que deveria tratar dos critérios de rateio dos recursos financeiros da União para os Estados e Municípios e dos

Estados para os Municípios, sacrificando, sem sombra de dúvida, aqueles que estão na linha de frente do atendimento: OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.

Mas não é só. No mesmo dia 4 de fevereiro o Congresso Nacional, em mais um ato de evidente sentido demagógico-eleitoral, promulgou a Emenda 64, alterando a redação do artigo 6º da Constituição Federal para incluir mais uma utopia como direito social: a alimentação. Pergunto: quem vai pagar mais esta conta?

Até quando a nação brasileira vai suportar a banalização da Constituição da República!

Antonio Sergio Baptista é advogado e especialista em Direito Público

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas:

- Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
- Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
- Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
- Repasses do Governo aos Municípios.



Improbidade: dolo e culpa

Por Isabela Giglio Figueiredo*

Improbidade é matéria da ordem do dia em todos os jornais de grande circulação.

Desde a sua entrada em vigor, a Lei de Improbidade vem sendo um importante instrumento de combate à corrupção administrativa. Mas é fundamental que a sua aplicação seja feita segundo padrões adequadamente definidos em lei. Para isso, é muito importante a existência de uma análise técnica por parte dos estudiosos do direito e de seus aplicadores.

Improbidade significa desonestade, corrupção pública, uma espécie de imoralidade.

O agente que pratica o ato de improbidade visa o alcance de um fim “desonesto”. Vale citar o exemplo do mensalão, o exemplo do prefeito que usou a copeira da Prefeitura para prestar serviços em sua casa, o do cartório que cobra determinado valor para expedir um alvará, entre tantos outros.

Para que se configure o ato de improbidade, segundo nosso entendimento, é indispensável o dolo.

Ainda que a letra da Lei de Improbidade admita, em alguns casos, a possibilidade da culpa como elemento do ato de improbidade, parece-nos impossível a sua configura-

ração sem a consciência da ilicitude da conduta, aliada à vontade de produzir o resultado, que traduzem o dolo.

Em linhas gerais, na culpa, o agente não espera o resultado, ou espera, levianamente, que ele não seja produzido.

Ora, se improbidade significa desonestade, como conceber a ideia de que atos praticados sem um mínimo de má-fé, ou sem consciência, possam ser erigidos à categoria de improbidade administrativa?

Em outras palavras, como pode o sujeito desonesto e, portanto, improbo, não ter consciência do seu comportamento, ou não saber que dele advirá o resultado? São ideias desconexas...

Por essa razão, ausente a má-fé, ausente a consciência da prática do ato ilícito, aliada à intenção de alcançar o resultado desonesto, não se configura o ato de improbidade e, pois, não existe razão para a aplicação das duras penas da Lei de Improbidade.

É o caso do Prefeito que, antes de praticar um ato, consultou a Procuradoria Jurídica e o Secretário de Finanças, a fim de que opinassem sobre a legalidade do ato.



IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Dolo e Culpa

QUARTIER LATIN

Ambos se manifestaram favoravelmente à sua prática. Isso demonstra a falta de consciência de que a conduta poderia ser ilícita, bem como a ausência de intenção de alcançar determinado fim desonesto.

No caso da prática de ato ilegal com culpa – e não com dolo –, hão de ser aplicados os preceitos inerentes à responsabilidade civil, mas não as penas rigorosíssimas da Lei de Improbidade.

Nesse sentido, parece-nos imperfeita a letra da Lei que, em determinado dispositivo legal, admite a prática do ato na modalidade culposa.

Seja como for, após análise detida e aprofundada da Lei, parece-nos de clareza solar que ausente o dolo, não se configura o ato de improbidade.

* Isabela Giglio Figueiredo é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, associada de Lacaz Martins, Halemebeck, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Advogados, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM e autora do livro “Improbidade Administrativa: Dolo e Culpa” (isabela.giglio@lacazmartins.com.br).

Municípios paulistas destacam-se no Prêmio de Boa Gestão

No ranking Social, sete municípios do Estado de São Paulo ficaram entre os 10 primeiros colocados

Os municípios do Estado de São Paulo fizeram bonito na classificação dos melhores IRFS de 2008 - Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios, conquistando bons resultados.

O município de Bilac (SP) ganhou em terceiro lugar na premiação. Outros quatro municípios do Estado de São Paulo ficaram entre os 10 finalistas: Júlio Mesquita (4º lugar), São Manuel (6º), Garça (8º) e Cerquilho (10º). Na lista dos 30 primeiros colocados, 14 são do Estado de São Paulo.

A entrega do prêmio de Boa Gestão ocorreu durante a XIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, na quarta-feira, dia 18 de maio.

Entre os 100 melhores classificados no Índice Geral, a maioria pertence a São Paulo (49 municípios).

No ranking Social, São Paulo também foi a vencedora (48 municípios), sendo que sete ficaram entre os 10 primeiros colocados e 19 entre os 30. A liderança nos indicadores sociais ficou para o município de Jeriquara/SP que obteve excelentes resultados. Em segundo lugar, o município de Cristais Paulista/SP, em terceiro Campina de Monte Alegre/SP, em quarto Santo Antônio da Posse/SP e em quinto o município de Sandovalina/SP.

No ranking Fiscal, dentre os 30 melhores, cinco são paulistas; ao todo, 23 foram classificados.

No ranking Gestão, o segundo colocado foi o município de Novo Horizonte/SP - sete municípios paulistas ficaram entre os 30 melhores e 23 entre os 100.

Na média de 2002-2008, os municípios

de SP que encabeçaram o ranking foram: Orindiúva (SP), Cerquilho (SP) e Orlândia (SP).

Dados

Os dados analisados no IRFS deste ano são de 2008, liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no final de 2009. O levantamento foi feito pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

O IRFS aponta que os municípios em 2008 obtiveram o segundo melhor desempenho no IRFS desde o início da série em 2002, nas três áreas avaliadas.

No total, são avaliados 16 índices específicos como, por exemplo, o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datasus), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e a publicação Finanças do Brasil (Finbra).

Prêmio

Em sua terceira edição, o Prêmio IRFS

foi criado pela CNM com o objetivo de oferecer uma medida simples de avaliação da gestão municipal e para estimular a responsabilidade administrativa entre as prefeituras brasileiras.

As categorias analisadas no estudo são: Fiscal, relacionada aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal; a qualidade de Gestão, ligada à composição dos gastos públicos; e a Social, referente ao desempenho nas áreas de Saúde e Educação.

O índice fiscal, por exemplo, reflete a evolução dos indicadores relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como nível de endividamento e gasto com pessoal.

Já os índices de Gestão e Social se baseiam em estudos científicos e mostram o cumprimento de outras responsabilidades da Prefeitura, como: economizar recursos de manutenção da máquina administrativa, investimentos em Infra-Estrutura, Saúde e Educação. (D.B.)

Município	Índice Fiscal	Índice Gestão	Índice Social	Índice Geral	Ordem
Bilac	0,660	0,628	0,657	0,648	3
Júlio Mesquita	0,657	0,628	0,653	0,646	4
São Manuel	0,691	0,629	0,609	0,643	6
Garça	0,681	0,622	0,615	0,639	8
Cerquilho	0,620	0,630	0,664	0,638	10
Artur Nogueira	0,623	0,680	0,609	0,637	11
Itajobi	0,644	0,630	0,618	0,631	16
São João de Iracema	0,718	0,565	0,605	0,629	17
Tambau	0,661	0,590	0,635	0,629	18
Brejo Alegre	0,626	0,591	0,667	0,628	20
Bady Bassitt	0,625	0,584	0,675	0,628	21
Guaimbê	0,630	0,585	0,664	0,626	23
Novo Horizonte	0,547	0,758	0,571	0,625	24
Registro	0,697	0,610	0,567	0,625	25



Ag Lar/Agência CNM

XIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, encerrou as atividades da XIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada entre os dias 18 a 20 de maio, com a presença de mais de quatro mil prefeitos.

Lula esteve acompanhado do vice José Alencar e de uma comitiva de 18 ministros. Na ocasião, foi feita uma avaliação sobre os avanços da relação entre governo federal e Municípios nos últimos anos e apresentadas as principais reivindicações do movimento municipalista.

O Ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, anunciou novas conquistas do movimento municipalista.

Lula assinou mensagem presidencial ao Congresso Nacional que encaminha Projeto de Lei para dar nova redação e acrescer dispositivo à Lei 10.683/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. O objetivo é instituir o Comitê de Articulação Federativa (CAF) na forma de lei.

Outro Projeto de Lei Complementar encaminhado a Congresso dispõe sobre a al-

teração da Lei Complementar 62/1989 para estabelecer uma sistemática de equalização para a entrega de valores ao FPM e um decreto que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas.

Padilha também afirmou que uma Medida Provisória (MP), assinada pelo presidente, estabelece que o Cadastro Único de Convênios (Cauc) não será mais exigido para transferência de recursos em convênios em andamento. O Cauc também deixará de ser exigido para o recebimento de verbas no programa Territórios da Cidadania.

Atividades da APM

Durante discurso, Lula salientou que a Marcha não é mais uma reunião para protestos, é um espaço de reivindicações. "Prefeitos não são inimigos, não são pessoas que não podemos receber", disse.

Ele também lembrou a importância da parceria com os prefeitos. Na Educação, por exemplo, disse que são os Municípios os entes mais capacitados para combater o analfabetismo entre as pessoas com mais de 30 anos.

Por fim, ressaltou que termina o mandato com o legado de proporcionar uma mudança na relação com os Municípios. "Saio com a sensação de dever cumprido, mas também sei que poderia ter feito mais pelos Municípios".

Abertura

O presidente da APM, Marcos Monti, esteve presente nos três dias do evento, participou da solenidade de abertura, ao lado de várias autoridades, e também compôs a mesa em diversos painéis, acompanhando a programação.

Em nome dos gestores municipais do Estado de São Paulo, discursou sobre o apoio à regulamentação da Emenda 29 e da divisão dos royalties do pré-sal, sendo aplaudido após reconhecer a importância dos recursos para todos os municípios.

O presidente da APM defende que a aprovação da emenda sugerida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) pode ser um auxílio aos entes que recebem a menor parte do bolo tributário. "É por isso que mais uma vez temos que lutar pelo Pacto Federativo, para que sejam definidas as competências e redistribuídos os recursos tributários. Esse é o tema mais relevante", afirmou.

Após a abertura, ocorreu plenária sobre as reivindicações do Movimento Municipalista e matérias em trâmite no Congresso Nacional que impactam nos Municípios. Também foram debatidos temas de interesse dos Municípios brasileiros.

Na programação paralela, Oficinas Têmáticas (educação, finanças – com destaque

que para a redistribuição de Royalties e o pré-sal e os impactos do FPM; e saúde), além do V Fórum de vereadores e do I Fórum de vice-prefeitos.

As atividades do primeiro dia da Marcha terminaram com a homenagem aos prefeitos premiados pelo Índice de Responsabilidades Fiscal, Social e de Gestão (IRFS).

fessores não ter representado problema às prefeituras do Estado, ainda assim eles deveriam adotar essa reivindicação em sinal de apoio a outras regiões. "Com a dimensão do País, nós não podemos deixar que eles aprovem pisos salariais sem discutir isso conosco", ressaltou.

Pré-candidatos

No dia 19 de maio, o destaque ficou para a participação dos pré-candidatos à Presidência da República: Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV). Nove perguntas sobre Pacto Federativo, Educação, Saúde e distribuição dos recursos do petróleo foram respondidas aos milhares de prefeitos.

Também no dia 19 foi realizada a premiação da VI Edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor – etapa nacional. Além disso, ocorreu reunião dos presidentes das associações com os parlamentares, no Congresso Nacional.

Na bancada de São Paulo, o presidente da APM lembrou aos colegas que, apesar de o piso dos pro-



APM é destaque em programa FJR Sustentabilidade

No dia 6 de junho, foi exibida reportagem especial sobre a Associação Paulista de Municípios, no programa FJR Sustentabilidade, da Band.

Apresentado pelo jornalista Figueiredo Júnior, o programa vai ao ar sempre aos domingos, às 7 da manhã. É transmitido para a grande São Paulo pelo Canal 13, parte do interior de São Paulo pela Rede Bandeirantes e para todo o Brasil pelas operadoras Sky e Net.

Figueiredo Júnior aborda temas de sustentabilidade, responsabilidade social e ações do bem. O programa conta com a participação de empresários, ONG's e representantes da sociedade que desenvolvem

vem atividades economicamente viáveis, socialmente justas e/ou ecologicamente corretas.

O presidente da APM, Marcos Monti, foi um dos entrevistados. A gravação ocorreu no dia 6 de maio, na sede da Associação.

Marcos Monti falou sobre a história de fundação da APM, os trabalhos desenvolvidos pela entidade, os congressos e a luta em prol do municipalismo.

Ao longo das filmagens, mostrou a galeria de fotos dos ex-presidentes da APM, apresentando um breve histórico de cada um. Também foram feitos alguns flashes do curso de Cerimonial Público, que estava sendo ministrado por Carlos Takahashi.



Municípios recebem treinamento sobre o Diário Oficial Eletrônico

Mais de 100 pessoas fizeram o curso sobre o Diário Oficial Eletrônico, promovido pela APM nos dias 12 e 13 de maio. Quatro turmas foram formadas, com participantes vindos de diversos municípios do Estado de São Paulo.

A abertura foi feita pelo secretário geral da APM, Aquevirque Nholla, que saudou o público presente, apresentou a atuação da APM junto aos municípios e destacou a importância do Diário Oficial Eletrônico. "Desejo que vocês voltem para seus municípios com mais conhecimento sobre as publicações legais em meio eletrônico, tão

relevante para as administrações, visto a economia que é gerada".

O curso foi ministrado por Samuel Porto, diretor comercial da VOX Tecnologia, empresa parceira da APM na implantação



do Diário Eletrônico.

Samuel apresentou o projeto, explicou seu funcionamento e as vantagens que os municípios terão, principalmente com relação à redução de custos, agilidade, transparência e possibilidade de publicar o que for necessário, sem limite de quantidade de matérias.

O palestrante ficou bastante satisfeito com o interesse das turmas, afirmando que houve uma rica troca de experiências. "Acredito que conseguimos esclarecer todas as dúvidas e mostrar a importância da implantação do Diário Oficial Eletrônico".

Curso de Cerimonial Público Avançado I tem saldo positivo

Cerca de 100 pessoas, de diversas cidades do estado de São Paulo, participaram do curso de Cerimonial Público Avançado I, promovido pela APM nos dias 6 de maio e 10 de junho.

O saldo foi bastante positivo e superou as expectativas do palestrante Carlos Takahashi. "Fiquei muito gratificado porque os participantes que já fizeram o curso básico demonstraram muito interesse e conhecimento", afirmou Takahashi.

Conforme destacou, as duas edições foram muito produtivas e houve uma rica troca de experiências. "As perguntas encaminhadas eram de um nível bastante elevado. Fiquei muito feliz porque, ao mesmo tempo em que pudemos dar uma maior contribuição para eles, eles também nos deram a experiência que têm dos municípios".

No curso básico de cerimonial, foram formadas oito turmas de 50 pessoas. "Em breve, iremos lançar o avançado II, que se-

ria mais focado em mesas redondas para discussões de eventos concretos", explicou o palestrante.

Na opinião da chefe de gabinete da Prefeitura de Lins, Cristiane Pereira, o curso foi ótimo e dinâmico. "O Takahashi passou dicas importantes, passou sua vivência do dia a dia. Ele é um excelente professor, aqui é um ótimo lugar e a APM está de parabéns".

O assessor legislativo da Câmara Municipal de Pedreira, Alcides Júnior, acredita que foi um bom aprendizado, tanto na parte teórica, quanto prática. "Achei interessante porque foi relembrado e contextualizado o tema abordado no curso anterior e foram apresentados. Esse curso abre muito nosso pensamento e amplia nosso conhecimento".

A assistente de cerimonial da Prefeitura de Itatiba, Isabella Bueno Vieira da Rocha, afirmou que o curso a surpreendeu. "Ele sempre tem algo a mais para nos trazer.



Presidente da APM reúne-se com Associações Regionais



Na tarde de terça-feira, dia 11, o presidente da APM, Marcos Monti, reuniu-se com prefeitos e presidentes de associações regionais para discutir vários temas ligados ao municipalismo.

Um dos principais assuntos abordados

foi a elaboração da pauta de reivindicações dos municípios paulistas para a XIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Marcos Monti divulgou a programação da Marcha, falou sobre os encaminhamentos e resultados do 54º Congresso Estadual

de Municípios e sobre o manifesto do Pacto Federativo – liderado por ele, juntamente com o prefeito de Lins Waldemar Casadei e o presidente da UVESP, Sebastião Misiara.

Casadei discursou sobre o manifesto, afirmando que é fundamental uma mobilização nacional para que haja uma mudança efetiva na relação entre os entes federados. "É necessário mudar as atribuições e competências da União, dos Estados e Municípios, redistribuindo os recursos. Chegou o momento. Está na hora de darmos um basta nisso", reforçou.

Outro tópico importante foi o Diário Oficial Eletrônico, mais uma ferramenta que a APM está disponibilizando aos municípios. A apresentação foi feita pelo diretor comercial da VOX Tecnologia, Samuel Porto, o qual mostrou as estratégias para a implantação nos municípios.

APM representa municípios em audiência pública da ARSESP



A ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - promoveu audiência pública, no dia 7 de maio, para estabelecer os parâmetros de indenizações dos ativos da Sabesp, caso os municípios rompam o contrato.

O objetivo da audiência foi obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da minuta de Deliberação sobre a metodologia e os critérios para determinação da base de remuneração regulatória dos ativos utilizados na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela Sabesp.

No intuito de defender os interesses dos municípios, a APM enviou o advogado Wladimir Ribeiro, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da Associação, para acompanhar a audiência. "Iniciativas como a da ARSESP, de convocar debate público antes de tomar a sua decisão, devem ser enaltecidas", afirmou o presidente da APM, Marcos Monti.

Após intervenções do dr. Wladimir, a APM ficou encarregada de encaminhar seu posicionamento, o qual foi enviado para a ARSESP e pode ser conferido no site da APM.



Presidente da APM participa de Congresso Mineiro de Municípios

O presidente da APM, Marcos Monti, participou da solenidade de abertura do 27º Congresso Mineiro de Municípios, realizado entre os dias 4 e 6 de maio, em Belo Horizonte, com o tema "Gestão e Tecnologia".

As palestras englobaram temas como gestão financeira, captação de recursos públicos, orçamento público, gestão urbana, política e economia, gestão do SUS, licitação, renúncia fiscal, gestão tributária, prestação de contas na área de educação, dentre outros assuntos.

O Congresso, que visa melhorar a gestão municipal, também contou com a 26ª Feira para Desenvolvimento dos Municípios.



Presidente da APM ministra palestra em 2º Congresso do COMAM

O fortalecimento dos municípios, a regulamentação da Emenda 29 (da saúde), a questão dos royalties do pré-sal e o manifesto sobre o Pacto Federativo foram alguns dos assuntos abordados pelo presidente da APM, Marcos Monti, durante palestra no 2º Congresso de Municípios do COMAM – Consórcio de Municípios da Alta Mogiana, realizado em Franca nos dias 26 e 27 de abril.

Marcos Monti participou da solenidade de abertura, que contou com a presença do presidente do COMAM, Mário Takayoshi Matsubara, do prefeito de Franca, Sidnei Franco da Rocha, dos prefeitos da região:

Marcos Alves, de Itirapuã; Hélio Kondo, de Cristais Paulista; Dirceu Pólo, de Pedregulho; Hugo César Lourenço, de Rifaina; Clarindo Ferracioli, de Restinga; Alexandre Alves Borges, de Jeriquara; José Mauro Barcellos, de Patrocínio Paulista; do deputado federal Dr. Ubiali, dentre outras autoridades.

Na segunda-feira, o público pôde conferir os painéis de saúde, tributos municipais, transferências governamentais e a plenária “Manutenção das estradas vicinais”. No período da tarde, ocorreram os painéis do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, da APM, da CNM e sobre Administração

Pública, comandado pelo advogado e coordenador do Conselho Técnico da APM, Antonio Sergio Baptista. No auditório II, painel Assistência e Desenvolvimento Social, com palestra do advogado e secretário do Conselho Deliberativo da APM, Gianpaulo Baptista, sobre a Gestão dos Fundos Sociais de Solidariedade.

As atividades do Congresso prosseguiram na terça-feira, com os painéis Vereador, Governo Federal - PAC 2 e Eleições 2010 (Momento CEPAM). No auditório II, painéis sobre Educação - Oficina Musicando e Educação - áreas técnicas.

Acompanhe mais notícias em nosso site: www.apaulista.org.br
e pelo Twitter: twitter.com/apaulistasp



Cajueiro

Por Claudio Manesco

Imagine a praça de terra batida, o calor renitente do fim de tarde a preceder o último beijo do sol. Na sombra do cajueiro o chat de milhares de cidades do interior do Brasil é o contar de causos, o falar da vida e do ouvidor, o Jornal Nacional, a Hora do Brasil. Nada de Orkut, MySpace, Facebook; nem de emails ou YouTube.

E como o assunto do momento é a eleição para presidente – mas que governador, que nada – lá embaixo do cajueiro também se fala do assunto e por incrível que pareça o nível é mais alto do que o do meio eletrônico. Ninguém fala de amantes, nem de terrorismo, assaltos à mão armada; muito menos se destilam preconceitos contra a falta de um dedo e a dificuldade de concordância do primeiro mandatário da República.

Sem a rapidez do online, os Severinos, as Severianas e todos os Silvas que como os galos de João Cabral são os que juntos teceram o ontem, tecem manhãs e o amanhã, falam de política sem saber

que estão falando dela. Falam da venda, do armazém, dos negócios que crescem, dos serviços novos e falam como se fosse há muito tempo – e foi ontem – que ao invés de dinheiro, a moeda era

o Presidente como Deus. Para eles é igual e na semelhança se descobrem um pouco mais dignos. A barriga que já roncou de fome ronca um pouco menos em resposta às diletantes discussões sobre ensinar a pescar em vez de dar o peixe.

A realidade de baixo do cajueiro é de uma geração perdida que se acha. Quem não tinha presente pelo menos se vira. E quem se vira hoje renova a esperança de que é possível melhorar. Ai você, leitor, pergunta: Cadê o causo? Certamente, ele não está na rede mundial de computadores, mas na rala sombra do Cajueiro. Faça um esforço e imagine quantas coisas eles contam



mercadoria trocada num escambo pré-capitalista.

Enganam-se os que acham que tratam por lá.

MELHORAR A QUALIDADE DO SANEAMENTO NO BRASIL É UMA QUESTÃO DE INICIATIVA.



A FOZ DO BRASIL SE ORGULHA DE FAZER PARTE DO GRUPO DE EMPRESAS QUE ESTÁ AJUDANDO ESTADOS E MUNICÍPIOS A ANTECIPAREM AS METAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO.

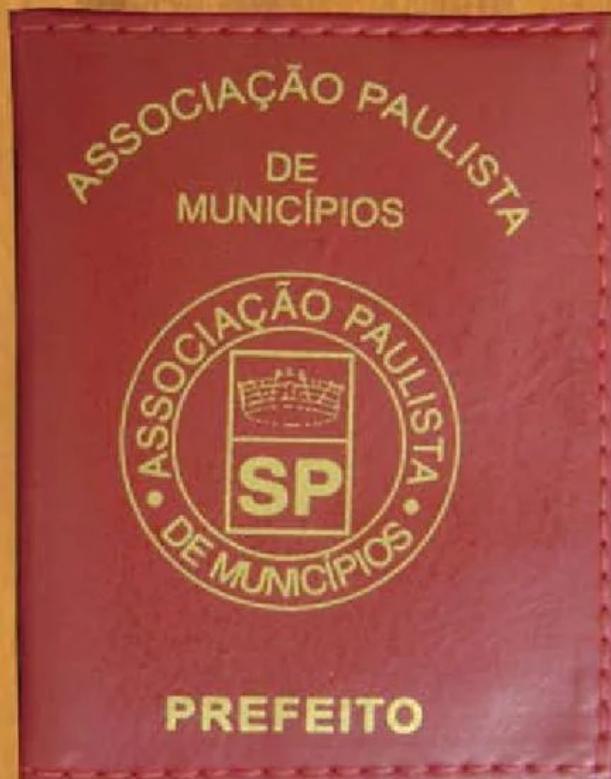
O Instituto Trata Brasil, criado para mobilizar a sociedade e garantir a universalização do saneamento no país, acaba de divulgar um importante estudo que revela o que é feito com o esgoto gerado por 72 milhões de brasileiros. De 2003 a 2008, foram avaliados os serviços de 81 de nossas maiores cidades, utilizando-se indicadores como oferta de serviços, eficiência dos operadores, política tarifária e investimentos no período. Os resultados são impressionantes. Os maiores avanços foram nas cidades que desenvolveram alternativas para antecipar as metas de universalização através de parceria com empresas privadas. A Foz do Brasil se orgulha de fazer parte dessa história. Mais investimentos na coleta e tratamento de esgoto e diminuição de perdas de água tratada estão fazendo com que o Brasil ganhe qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. No dia Mundial do Meio Ambiente, não poderíamos desejar uma notícia mais feliz.



Carteira de

Agente Público Municipal

A Carteira de Agente Público Municipal está de cara nova! Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os Municípios associados à APM, podem solicitar a sua. Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você Gestor Municipal.



Confira abaixo as vantagens de ser um associado:

- ✓ Carteira de Identificação do Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores;
- ✓ Isenção da taxa de inscrição para Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos Congressos realizados pela APM: Congresso Estadual de Municípios e CBTIM;
- ✓ Desconto na taxa de inscrição para Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos cursos e seminários realizados pela APM;
- ✓ Isenção para acesso webcast, curso pela internet;
- ✓ Direito a voto nas Assembleias, exercido pelo(a) Prefeito(a);
- ✓ Acesso aos serviços da APM, como também de pareceres e consultas jurídicas;
- ✓ Sala dos Municípios equipada à disposição.

Solicite agora mesmo a sua carteirinha de Agente Público Municipal



Informações

Associação Paulista de Municípios

Fone: (11) 2165-9999 - Tratar com Fernanda no e-mail: fernanda@apaulista.org.br